

**ORICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS****Legislação Atualizada e Síntese das Competências**

A Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal – Seagri/DF, Unidade Orgânica de Direção Superior, diretamente subordinada ao Governador do Distrito Federal, para execução de suas atividades, nos termos do Decreto nº 39.442, de 08 de novembro de 2018, tem atuação nas seguintes áreas:

- I - agricultura, pecuária, aquicultura e agroindustrialização;
- II - produção e fomento agropecuário;
- III - abastecimento alimentar;
- IV - defesa sanitária animal e vegetal;
- V - insumos utilizados nas atividades agropecuárias;
- VI - inspeção de produtos de origem animal e vegetal;
- VII - agrária e terras públicas rurais;
- VIII - solo e água, voltado ao processo produtivo agropecuário;
- IX - assistência técnica e extensão rural;
- X - tecnológica na agropecuária;
- XI - agricultura familiar, desenvolvimento agrário e segurança alimentar.

Missão

Coordenar e promover o desenvolvimento rural, econômico e ambientalmente sustentável, administrar as terras públicas rurais e zelar pela segurança alimentar da população por meio de ações de fiscalização e inspeção animal e vegetal.

Visão

Ser reconhecida como agente inovador e de excelência no desenvolvimento sustentável da atividade agropecuária.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	33	37	68	277	415
Comissionados sem vínculo efetivo	13	22	0	0	35
Requisitados de órgãos do GDF	2	4	4	1	11
Requisitados de órgãos fora do GDF	1	0	0	0	1
Estagiários	0	0	32	28	60
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	14	17	31
Terceirizados (FUNAP)	0	0	5	0	5
Outros - especificar	0	0	178	0	178
Subtotal	49	63	301	323	736
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	18	28	46
Total Geral	49	63	283	295	690

A estrutura do quadro de pessoal da Seagri é composta por 462 servidores, sendo que deste quantitativo, 35 são comissionados sem vínculo efetivo e 12 são requisitados de órgãos federais e distritais.

Além da força de trabalho descrita no parágrafo anterior, esta Pasta conta também com 183 profissionais terceirizados que atuam nas áreas de apoio administrativo, limpeza/conservação, segurança e mecanização agrícola, 60 estagiários de nível superior e 31 jovens candangos. Ressalte-se que 20% dos contratos de estágios finalizaram em dezembro de 2018, desta feita, para o exercício de 2019, a força de trabalho aprendiz reduziu e está em fase de restabelecimento.

Depreende-se do quadro que a força de trabalho é composta por 690 profissionais, destes, 275 podem perder o vínculo com a administração a qualquer tempo haja vista tratar-se de servidores sem vínculo efetivo, requisitados, estagiários e terceirizados, consequentemente, resta um efetivo não volátil de 415, destes, 46 encontram-se cedidos, com efeito, resta efetivamente o número de 369 servidores de Carreira atuando nesta Seagri.

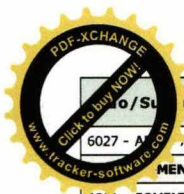
Cabe salientar que no exercício de 2016 esta Pasta contava com 513 servidores efetivos, em 2017 o número passou para 465 e em 2018 para 415 com projeção de mais 50 aposentadorias em 2019.

Convém consignar, por oportuno, que a crescente diminuição da força de trabalho, principalmente em relação ao quadro de servidores efetivos (em torno de 10% a.a.), revela a vital necessidade de realização de concurso público para assegurar a manutenção, eficiência, eficácia e efetividade dos serviços públicos ofertados ao cidadão. Nesse sentido, em 2016 foi realizado estudo para levantamento da necessidade (processo nº 070.002.136/2016), o qual encontra-se sobrestado, até o desfecho do projeto de lei que visa reestruturar a carreira de Desenvolvimento e Fiscalização Agropecuária, destacamos, por oportuno, que o estudo elaborado em 2016 encontra-se em fase de atualização, entretanto, como o Órgão Gestor à época manifestou-se nos autos sobrestando a demanda, é possível que a atualização do levantamento por si só não produza resultados efetivos.

Outro ponto que merece destaque é que ao término do exercício de 2018 o Órgão dispõe de 113 cargos comissionados em sua estrutura (112 ocupados), destes, 70 são providos por servidores vinculados à Administração Pública, representando um índice de 63%, isto é, superior ao percentual de 50% estabelecido no art. 19, inciso V, da Lei Orgânica do DF.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA**6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4090 - APOIO A EVENTOS	1000000,0	1,0	0	0
6028 - APOIO A EVENTOS - APOIO A EXPOSIÇÃO INTERNACIONAL DO LEITE. - DISTRITO FEDERAL	500000,0	0,0	0	0
0186 - APOIO A EVENTOS-APOIO A EXPOREMA - FEIRA DO AGRONEGÓCIO E AGRICULTURA NO DF - EM 2018-DISTRITO FEDERAL	0	1,0	0	0



Item / Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
6027 - APOIO ÀS ATIVIDADES DE DEFESA AGROPECUÁRIA - DISTRITO FEDERAL	500000,0	0,0	0	0
FONTE DE RECURSOS - FOMENTO À DEFESA AGROPECUÁRIA	16000,0	913609,50	473005,01	473005,01
0001 - FOMENTO À DEFESA AGROPECUÁRIA-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	16000,0	913609,50	473005,01	473005,01
3092 - IMPLANTAÇÃO DE AGENDAS AMBIENTAIS	8000,0	0,0	0	0
0004 - IMPLANTAÇÃO DE AGENDAS AMBIENTAIS-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	8000,0	0,0	0	0
3334 - CONSTRUÇÃO DE GALPÃO	1950000,0	5522388,21	0	0
0002 - CONSTRUÇÃO DE GALPÃO-APOIO À CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS ORGÂNICOS DO CEASA-DF- FERCAL	0	1,0	0	0
9640 - CONSTRUÇÃO DE GALPÃO--DISTRITO FEDERAL	0	5522387,21	0	0
9641 - CONSTRUÇÃO DE GALPÃO - CONSTRUÇÃO DO GALPÃO DE MÚLTIPLAS FUNÇÕES NO ASSENTAMENTO BETINHO - REGIÃO IV - BRAZILÂNDIA	350000,0	0,0	0	0
9642 - CONSTRUÇÃO DE GALPÃO - CONSTRUÇÃO DE GALPÃO COMUNITÁRIO NA FERCAL- ASSENTAMENTO CONTAGEM-RA V - REGIÃO V - SOBRADINHO	300000,0	0,0	0	0
9643 - CONSTRUÇÃO DE GALPÃO - CONSTRUÇÃO DE GALPÃO NO NÚCLEO RURAL ALEXANDRE GUSMÃO ? NÚCLEO 06, BR-80, KM 13, A/E, EM BRAZILÂNDIA - REGIÃO IV - BRAZILÂNDIA	600000,0	0,0	0	0
9644 - CONSTRUÇÃO DE GALPÃO - CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE COMERCIALIZAÇÃO DE ORGÂNICOS-CEASA - DF - DISTRITO FEDERAL	400000,0	0,0	0	0
9645 - CONSTRUÇÃO DE GALPÃO - CONSTRUÇÃO DE GALPÃO PARA O MOVIMENTO AGROECOLÓGICO NO ÂMBITO DO DISTRITO FEDERAL - DISTRITO FEDERAL	300000,0	0,0	0	0
2889 - APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR	300000,0	11032801,29	0,00	0
0003 - APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	0	11032801,29	0,00	0
5683 - APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR - FOMENTO À AGRICULTURA FAMILIAR EM SÃO SEBASTIÃO-DF - REGIÃO XIV - SÃO SEBASTIÃO	300000,0	0,0	0	0
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	670000,0	910122,00	445401,07	445401,07
9557 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS-VEÍCULOS, MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS-DISTRITO FEDERAL	10000,0	602841,00	296754,0	296754,0
9592 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA TRANSPORTE DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS - DISTRITO FEDERAL	80000,0	64800,0	64800,0	64800,0
9593 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS - DISTRITO FEDERAL	380000,0	242481,0	83847,07	83847,07
9594 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O MOVIMENTO AGROECOLÓGICO NO ÂMBITO DO DISTRITO FEDERAL - DISTRITO FEDERAL	200000,0	0,0	0	0
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	450000,0	13577,0	13576,50	13576,50
0003 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS-APOIO À CAPACITAÇÃO DE PESSOAS EM PRODUÇÃO DE SERVIÇOS-DISTRITO FEDERAL	0	5957,0	5956,50	5956,50
0005 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS-APOIO A CAPACITAÇÃO DE PESSOAS EM PRODUÇÃO DE SERVIÇOS-DISTRITO FEDERAL	0	7620,0	7620,0	7620,0
5772 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS - FORMAÇÃO DE AGENTES DE AGROECOLOGIA NOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NO DISTRITO FEDERAL - DISTRITO FEDERAL	450000,0	0,0	0	0
4119 - MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA DO SETOR AGROPECUÁRIO	300000,0	799977,0	745255,85	745255,85
0005 - MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA DO SETOR AGROPECUÁRIO-APOIO A MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DOS CANAIS DE IRRIGAÇÃO DA ÁREA RURAL DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	0	499997,0	491356,82	491356,82
0006 - MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA DO SETOR AGROPECUÁRIO-APOIO A MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DOS CANAIS DE IRRIGAÇÃO DA ÁREA RURAL-DISTRITO FEDERAL	0	149991,0	133670,47	133670,47
2901 - MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA DO SETOR AGROPECU - RECUPERAÇÃO DE CANAIS DE IRRIGAÇÃO - DISTRITO FEDERAL	300000,0	149989,0	120228,56	120228,56
2614 - IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL	100000,0	0,0	0	0
0003 - IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE ABASTECIMENTO E DESE - IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DEMONSTRATIVA DE FRUTICULTURA E HORTICULTURA IRRIGADA - APROVALE - DISTRITO FEDERAL	100000,0	0,0	0	0
2780 - INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL E ANIMAL	20000,0	644,0	644,0	644,0
0001 - INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL E ANIMAL-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	20000,0	644,0	644,0	644,0
TOTAL - 6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA	4814000,00	19193120,00	1677882,43	1677882,43

Na área de Defesa Agropecuária, compete à Seagri planejar, propor políticas de fiscalização e normatizar a execução dos trabalhos de defesa agropecuária; dirigir a elaboração, acompanhamento e avaliação de planos, programas e projetos, referentes à inspeção e sanidade animal e vegetal; fazer cumprir as normas e regulamentos sanitários; planejar, promover e supervisionar ações de educação sanitária e de conscientização da população relativas à defesa agropecuária. Destaca-se ainda a execução de programas de prevenção, controle e erradicação de pragas e doenças de notificação obrigatória, demandados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA em cada Estado da Federação, por meio de mapeamento e monitoramento de ocorrências fitossanitárias e zoonosológicas, para estudo epidemiológico, controle do trânsito animal e vegetal e de ações educativas sanitárias.

São beneficiários das atividades os produtores rurais e criadores, os comerciantes de vacinas, vegetais, partes de vegetais e agrotóxicos, a cadeia produtiva de flores, suínos, leite, peixes, aves, hortaliças, grãos e oleaginosas, bem como os frigoríficos, as agroindústrias de produtos de origem animal, vegetal e artesanal, os supermercados, os entrepostos, e principalmente o consumidor, por receber produtos de boa procedência e de boa qualidade.

Dentro do Programa Brasília Competitiva, o objetivo é garantir a sanidade dos rebanhos e das lavouras do Distrito Federal, para evitar a entrada e proliferação de doenças que possam comprometer a produção agropecuária e a qualidade dos produtos destinados ao consumo da população.

Em 2018 a Seagri trabalhou intensamente na consolidação da nova legislação sanitária após a publicação do Decreto Nº 38.981, de 10 de Abril de 2018, que regulamentou a Lei nº 5.800/2017, a qual dispõe sobre a inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal, vegetal e de microorganismo processados no Distrito Federal e dá outras providências. Para isso foram envidados esforços para divulgação e incorporação dos preceitos legais atuais. A realização do I Encontro das Agroindústrias do DF e Entorno foi um marco para construção coletiva de políticas públicas para o setor. Adicionalmente a Seagri promoveu os seminários para os estabelecimentos varejistas, os proprietários de estabelecimentos registrados, os responsáveis técnicos e os extensionistas. Outrossim, realizou-se o I Encontro Acadêmico de Defesa Agropecuária que teve a participação de alunos de instituições de ensino superior que graduam médicos veterinários e agrônomos. O evento mencionado contou com a celebração Acordos de Cooperação Técnica - ACT com as instituições de ensino superior UPIS e UnICEUB, cujo propósito é inserir os futuros profissionais no contexto da defesa agropecuária. Além disso, os ACTs com as instituições UnB, UNICEPLAC e ICESP estão em trâmite nesta secretaria.

Ampliou-se o debate na construção da proposta de minuta da Lei de Estabelecimentos Agroindustriais de Pequeno Porte, envolvendo a participação da Secretaria de Saúde e da Emater/DF, a fim de integrar os regimentos sanitários distritais com os federais.

A aprovação do Decreto Nº 38.981/2018 originou segurança jurídica para os servidores atuarem nas ações de fiscalização relativas ao transporte irregular e ao combate à produção clandestina.

Com a publicação da Portaria Nº 68, de 24 de dezembro de 2018, cria-se a regulamentação para emissão da identidade funcional para os fiscais agropecuários na atividade de inspeção, possibilitando segurança na atuação do profissional.

O avanço nas aquisições dos itens do convênio, especialmente os carros e a câmara fria para os produtos apreendidos na atividade de inspeção, repercutem em melhoria da infraestrutura e benefícios diretos para a melhoria da execução dos trabalhos.

Ademais, conduziu-se um diagnóstico sobre a percepção do produtor rural em relação ao Serviço de Defesa Agropecuária resultando na aplicação de 362 questionários. O projeto está na fase de análise dos resultados e ainda demandará bastantes atividades desta Secretaria.

Outros resultados das ações de Defesa Sanitária Animal observados são resultantes das constantes ações de educação sanitária e conscientização da

Handwritten signatures and initials in blue ink.



própria, entre eles: manutenção do número de notificações recebidas; diminuição da quantidade de autos de infração e apreensão emitidos, aumento de vacinadas contra brucelose. O número de cadastros novos diminuiu em relação ao ano anterior. Essa queda é esperada, pois o número de propriedades cadastráveis tende a diminuir.

O controle de trânsito animal também tem se mostrado eficiente, com apreensão de cargas que resultaram em diagnóstico de casos de Brucelose e Anemia Infecciosa Equina. Dessa forma o controle de trânsito foi responsável por evitar, pelo diagnóstico e sacrifício dos animais positivos apreendidos, a disseminação dessas doenças no rebanho do Distrito Federal. Houve uma redução no número de cargas fiscalizadas em relação ao ano de 2017 devido ao licenciamento de várias granjas integradas a uma empresa do ramo da avicultura e suinocultura. Bem como impactou no número de Guias de Trânsito Animal - GTAS emitidas. No entanto, em relação às GTAS emitidas por produtor rural pelo módulo disponibilizado on-line, houve um aumento de 63% comparando-se com o ano de 2017.

Em relação à prevenção de febre aftosa, as atividades de vigilância mantiveram-se dentro das metas estabelecidas realizando atividades com a vacinação assistida, fiscalização in loco, inspeção clínica de animais e atendimentos às doenças de notificação obrigatória. Em todos os atendimentos, as doenças alvos de síndrome vesicular (febre aftosa e estomatite vesicular) foram descartadas. Para brucelose e tuberculose, foram detectados 4 casos de brucelose e 10 casos de tuberculose. A vigilância para a raiva de herbívoros resultou em 56 atendimentos e 3 casos positivos (2 bovinos e 1 equino) foram diagnosticados. Ainda tivemos o diagnóstico de 2 casos positivos em morcegos. O controle de doenças de notificação obrigatória em equídeos resultou em 19 casos de Anemia Infecciosa Equina, com o devido saneamento de todas as propriedades consideradas como focos e eliminação dos animais positivos. A suspeita de casos de morno gerou 11 notificações no período. Desses atendimentos, foram registrados 2 casos, distribuídos em 2 focos no Distrito Federal no ano de 2018. Nenhuma doença de notificação obrigatória no plantel avícola foi diagnosticada em 2018. Foram realizados 33 atendimentos às notificações em aves.

As ações de Defesa Sanitária Animal são fundamentais para o controle e prevenção de doenças animais e tem como um dos seus objetivos, além do controle sanitários dos rebanhos, estreitar e melhorar o relacionamento da Defesa Sanitária Animal com os produtores rurais. A disponibilização do módulo on-line do Sistema Sidaagro Produtor e as atividades de educação sanitária são importantes instrumentos para incentivar a participação e conscientização dos produtores rurais no sistema de Defesa e devem ser sempre estimuladas.

No que se refere às atividades de defesa vegetal, foram realizadas no ano de 2018, 20.126 ações, mantendo-se estabilidade nas ações desenvolvidas em 2017. Embora tenha havido um decréscimo nas ações de fiscalização do comércio e uso de agrotóxicos, muito em função da concentração de esforços e forte envolvimento da equipe no desenvolvimento, houve importante construção do programa de educação sanitária referente à sanidade vegetal, com um cronograma a ser implementado em seis etapas: diagnóstico, tabulação dos dados, análise do conteúdo, painel de especialistas, elaboração do relatório final e planejamento das ações de intervenção. A primeira etapa consistia na aplicação de questionários a campo para o diagnóstico do público alvo a ser trabalhado no programa. A preparação da pesquisa envolvia o ajuste do instrumento de avaliação e visitas a produtores de hortaliças, que por muitas vezes não era possível por meio de agendamento, tendo sido distribuídas pelos vários núcleos rurais do Distrito Federal. O fato de os mesmos agentes de fiscalização executarem uma ação com propósito educativo e isento de olhar sancionador, trouxe a necessidade de deslocar para essa atividade a meta referente à fiscalização do uso, por exemplo. A segunda e terceira etapas da programação exigiam reuniões frequentes para tabulação dos dados coletados e análise do conteúdo gerado para que no início do segundo semestre fosse dado início à quarta etapa. Em paralelo, ocorria a publicação de um novo regulamento para o vazão sanitário da soja, a preparação e a execução das visitas às propriedades de soja para cumprimento da medida. Ainda, a organização e a participação direta no I Encontro de Defesa Agropecuária do Distrito Federal e do Estado de Goiás (ENDEA), que enviou esforços de toda a equipe para a sua realização no mês de agosto. Como resultado do evento, obteve-se a intenção de celebração de um acordo de Cooperação Técnica entre os serviços oficiais de defesa agropecuária de ambas as unidades da federação, com possibilidade de cessão do sistema informatizado utilizado pelo estado de Goiás de forma gratuita. A quarta etapa foi dada prioridade, cujo relatório foi concluído no final do mês de novembro e elaborado em dezembro o planejamento das ações para os anos posteriores. A publicação de caráter científico do trabalho, que servirá para orientar outras políticas públicas deverá ser finalizada quando da execução e avaliação das ações previstas no planejamento mencionado.

A participação de mais da metade dos membros da equipe em Grupos de Trabalho externos, como a instalação do Fórum Permanente de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos do Ministério Público do Trabalho e de elaboração do Plano Distrital de Prevenção e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Químicos (P2R2), geram uma demanda intelectual e de tempo a uma equipe que permanece reduzida e sem aporte tecnológico. Dessa forma, justifica-se a redução expressiva nas fiscalizações de comércio e uso de agrotóxicos e das atividades decorrentes destas como notificações, auto de infrações, interdições e apreensões.

É importante ressaltar que algumas atividades são diretamente relacionadas à demanda do setor, como a inscrição de Unidades de Produção e Consolidação, o registro de estabelecimentos revendedores de agrotóxicos, a inscrição de comerciantes no Registro Nacional de Sementes e Mudas - Renasem. Assim, é possível justificar a redução dos dados resultantes destas atividades. No caso do registro das revendas de agrotóxicos, a alteração no procedimento de emissão de licenças ambientais, documento obrigatório a ser apresentado, pode ter colaborado para a baixa procura pelo serviço tendo em vista a morosidade do processo de liberação da referida licença.

Foi realizado o levantamento fitossanitário para a cultura da uva e da bananeira no qual não foi detectada a ocorrência de suas respectivas pragas regulamentadas, confirmado pelos resultados negativos nos laudos das amostras encaminhadas ao laboratório oficial. Embora não tenham sido realizados os demais levantamentos, não foram registradas ocorrência de pragas de importância econômica para o DF. Por fim, os vazios sanitários da soja e do feijão têm cumprido com sua finalidade de prevenir a ocorrência de pragas contando com o comprometimento do produtor.

No que concerne à área de Abastecimento e Desenvolvimento Rural, quanto ao Programa Temático Brasília Competitiva, neste ano foram executados serviços de revitalização e manutenção de canais de irrigação a fim de disponibilizar água aos produtores rurais. A ação de revitalização é programada com a finalidade de impermeabilizar os leitos dos canais não revestidos, com a instalação de tubos de PVC, ao passo que a ação de manutenção realiza a limpeza e outras ações de manutenção em canais de terra ainda não contemplados com as ações de revitalização, mas que necessitam de limpeza e reparo em alguns trechos. A seguir tem-se a relação dos canais que foram revitalizados e que receberam manutenção em 2018:

CANAIS REVITALIZADOS		
Canal	Localidade	Extensão (m)
Canal do Índio	Brazilândia	1.787
Canal do Rodeador (ponto crítico)	Brazilândia	2.030
Cristal	Alto Rodeador	411
Lamarão	Planaltina	2.530
Canal dos Santos Dumont	Planaltina	6.500
Total		13.258
CANAIS QUE RECEBERAM MANUTENÇÃO		
Canal	Localidade	Extensão (m)
Canal de Tabatinga	Planaltina	318
Canal DF-440	Sobradinho	3.910
Total		4.228
Total Geral (m)		17.486

Destaca-se ainda que neste ano foram recuperados um total de 17,486 Km de canais para irrigação.

O Programa de Boas Práticas Agropecuárias do Distrito Federal - Brasília Qualidade no Campo visa certificar as propriedades rurais produtoras de alimentos in natura através do estímulo à produção de alimentos seguros, a promoção de ações que visam melhorar a qualidade sanitária da produção agrícola e a proteção da saúde da população do Distrito Federal. Em 2018, 07 propriedades foram certificadas e receberam o selo Brasília Qualidade no Campo. Um total de 1.173 produtores rurais já realizou a adesão ao Programa. Ao atingir o mínimo de 70% dos itens de adequação, de acordo com o Anexo IV da Portaria nº 35, de 12 de maio de 2016 (publicada no Diário Oficial do DF em 06 de julho de 2016), a propriedade rural passa por Auditoria de avaliação de conformidade realizada pelo Grupo Gestor do Programa. Caso seja comprovado o cumprimento de no mínimo 70% dos itens previstos, observado o cumprimento dos itens obrigatórios (constantes no anexo supracitado), o estabelecimento rural recebe o Certificado no Programa, expedido pela Seagri.

Com vistas ao desenvolvimento da piscicultura no Distrito Federal a Granja Modelo do Ipê é responsável pela produção e comercialização de alevinos de alta qualidade, destinados a pequenos produtores e agricultores familiares a preços subsidiados. No presente ano foram produzidos 257.200 alevinos, 254.200 foram comercializados e 145 produtores rurais beneficiados. Foram atendidos 901 produtores rurais presencialmente e por telefone. Com o objetivo de promover a capacitação em piscicultura foram ministrados 12 cursos, com um total de 482 pessoas capacitadas.

[Handwritten signatures and initials]



Alevinos preparados para comercialização. Curso de Cultivo Comercial de peixes em viveiros escavados, realizado nos dias 11 e 12/12/2018.

Quanto ao apoio à comercialização o programa Direto na Roça Brasília, que envolve a comercialização de produção agrícola de forma direta do produtor rural na utilização de espaços públicos, a Seagri atendeu em 2018 32 feiras, com um total de 850 produtores contemplados.

O Distrito Federal, seguindo uma tendência observada em escala nacional, passa por um rápido processo de modernização tecnológica das suas atividades produtivas ligadas às atividades agropecuárias e do agronegócio. Estima-se que atualmente em torno de 60% da produção do agronegócio brasileiro depende de atividades que envolvam o uso de alta tecnologia em seus sistemas produtivos. Este panorama tem propiciado uma rápida transformação no mercado de trabalho, assim como no perfil dos diversos trabalhadores que atuam neste segmento econômico, que tem se modificado significativamente. A necessidade de qualificação e aquisição de novas habilidades por parte dos trabalhadores contratados tem se mostrado um grande gargalo para uma colocação mais rápida no mercado e também da modernização das atividades produtivas rurais. Neste sentido a Seagri implantou a Unidade de Apoio à Capacitação Rural do Distrito Federal (UNIAGRO/DF). Como primeira atividade do local, inaugurado dia 14 de dezembro/2018, o Curso de Produção e Manejo de Abelhas Nativas, com 30 vagas, carga horária de 08 horas e que abordou o seguinte conteúdo programático:

1. Tipos de abelhas;
2. Biologia das abelhas;
3. Criação de abelhas indígenas;
4. Técnicas para criação e manejo das abelhas indígenas;
5. Produtos e extração de mel;
6. Produção de caixa isca de abelhas indígenas;
7. Captura, transferência e multiplicação de colmeias;
8. Técnicas de manejo e multiplicação de colmeias.



Unidade de Apoio à Capacitação Rural do Distrito Federal (UNIAGRO/DF).

A Seagri com apoio da Emater no alinhamento das políticas do Governo do Distrito Federal para a redução das desigualdades sociais, a inclusão produtiva, a geração de renda e a segurança alimentar, implantou "Ações de Fomento à Agricultura Familiar" através da distribuição de Insumos para plantio, que constitui mais um instrumento para que os agricultores familiares possam produzir de forma sustentável, fortalecendo a agricultura do DF.

As Ações pretendem atingir seus objetivos por meio da distribuição gratuita de Composto Orgânico de Lixo - COL e apara de poda (madeira triturada) para agricultores de base familiar do Distrito Federal, como fomento à produção rural e promoção da segurança alimentar. A intenção do programa foi prevista para beneficiar até 650 famílias para a produção de sua safra, conforme a disponibilidade e limitação orçamentária.

A ação do ano de 2018 levou em consideração o tamanho da propriedade e o tipo de empreendimento do produtor, sendo que a análise de aumentar a quantidade distribuída foi diagnosticada por um especialista, observando o limite de gratuidade anual por beneficiário de até 300m³, ou o equivalente a 20 caminhões por produtor.

A quantidade de produtores atendidos no ano de 2018 foi de 139, porém o desejado seria atender 228. Foi verificado que foram entregues até final de dezembro 3.280 metros cúbicos de material vegetal triturado (apara de poda), um aumento de 149% em relação ao ano de 2017.

A Seagri, em seu planejamento colocou como meta a criação de alguns assentamentos, para beneficiar 85 famílias de agricultores, porém houve muitos problemas que impossibilitaram o atingimento das metas. No exercício de 2018 foram beneficiadas 7 famílias, ficando bem abaixo da quantidade almejada, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Denominação	Resultado	Quantidade para 2018	Justificativa (Por quê?)
	Desejado	85	Assentamentos Pinheiral (71 unidades familiares); Fascinação (7 unidades familiares) e Santarém (7 unidades familiares).
	Alcançado	7	Santarém (7 unidades familiares) – Edital de seleção de famílias realizado, homologado, aguardando entrega de contratos de concessão.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



Família assentadas			As áreas dos projetos Pinheiral e Fascinação não foram liberadas pelo órgão ambiental, responsável pelo licenciamento. Em fase de licenciamento. A Seagri vem atuando junto ao Ibram desde janeiro de 2017 para sanar todas as pendências requeridas pelo órgão, elaborou o RIMA - Relatório de Impacto Ambiental - e apresentou informações complementares quanto ao RVASA - Relatório de Viabilidade Ambiental, Social e Agrícola, porém a Seagri não logrou êxito nas respostas dificultando a continuidade dos referidos projetos. O maior gargalo para criação efetiva dos assentamentos tem sido a demora das licenças ambientais.
Não Alcançado	78		

Os programas de compras institucionais têm como objetivo fomentar o desenvolvimento socioeconômico da agricultura familiar promovendo a abertura de mercados institucionais para que os agricultores familiares possam comercializar seus produtos a preço justo e de forma continuada.

Temos hoje algumas modalidades que apoiam este fomento, como:

Programa de Aquisição de Alimentos - PAA

Neste programa de compra com doação simultânea, os alimentos adquiridos da agricultura familiar são, quase que imediatamente, doados a entidades sociais para promoção da segurança alimentar e nutricional. Pode ser operado pela Companhia de Abastecimento Conab ou por meio de Termo de Adesão com Estados e Municípios. No Distrito Federal operamos por meio de Termo de Adesão (0098/2012), sendo adquiridas mais de 600 toneladas de alimentos ano. Os recursos, provenientes do Ministério do Desenvolvimento Social - MDS, repassados, diretamente aos agricultores familiares no ato do pagamento pelos produtos adquiridos. A operação de compra e doação são de responsabilidade do Estado/Município que autoriza o pagamento. A operação pela Conab se dá partir da apresentação, pelos agricultores familiares, de projetos técnicos, elaborados utilizando-se de um sistema da Conab. Menos significativo no DF sob a ótica do volume financeiro contempla apenas organizações de agricultores rurais com Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP Jurídica.

Programa de Aquisição da Produção da Agricultura do Distrito Federal - PAPA-DF

Criado em 2012 pelo governo do Distrito Federal, este programa permite que os órgãos do executivo do Estado adquiram produtos diretamente da agricultura familiar por meio de edital de chamada pública. O programa se desenvolveu de forma muito satisfatória, movimentando mais de 20 milhões de reais em um único ano, porém com as dificuldades financeiras que o país tem enfrentado nos últimos anos, houve uma sensível redução no volume adquirido. Com grande potencial, no que tange o fomento ao desenvolvimento rural e econômico, pode vir a recuperar o fôlego, voltando a contribuir de forma significativa para o desenvolvimento da agricultura no Distrito Federal e RIDE.

Programa Nacional para Alimentação Escolar - PNAE

O Distrito Federal recebe anualmente do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE, um volume financeiro da ordem de 40 milhões de reais. Este recurso é repassado para a Secretaria de Estado de Educação - SEEDF como objetivo de complementar a alimentação escolar. Destes 40 milhões de reais, 30% devem ser adquiridos diretamente da agricultura familiar. Por muito tempo, este limite mínimo de 30% não foi destinado a aquisição da agricultura familiar local, reduzindo-se as oportunidades no mercado institucional. Esta realidade, por meio de muito trabalho e cooperação entre as secretarias de educação, agricultura e da extensão oficial do Distrito Federal (Emater), tem mudado, e o agricultor familiar do DF e da RIDE tem tido uma participação expressiva no programa. No período de 2017/2018 publicou-se chamada de mais de 13 milhões de reais sendo atendida em 12 milhões. Com mais de 600 agricultores familiares participando, por meio de 12 organizações sociais da agricultura familiar, foi alcançado 10 regionais de ensino com 397 escolas e aproximadamente 270 mil alunos da rede pública de ensino. Este programa em muito superou a meta inicial, o que ajudou a mitigar a baixa no resultado final.

Com expectativa de superar a chamada pública anterior no que se refere ao limite financeiro, em aproximadamente 30%, atendendo a 100% das regionais de ensino do distrito federal e mais de 500 mil alunos, será possível contribuir ainda mais com o desenvolvimento econômico da agricultura no DF e melhorar substancialmente a qualidade da alimentação dos alunos da rede pública.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Alcançado em 3º Ano	Origem/Fonte
1498 - AÇÕES DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL E VEGETAL	UNIDADE	0	31/12/2016	ANUAL	117.300	97.977	127.500	97.256	127.500	79.225	SDA/ SEAGRI / UO 14101 / OE 7
Justificativa: 2016 - A Defesa Sanitária Animal aumentou a quantidade de fiscalizações realizadas e aumentou a eficiência. Foi feito um inquérito de Peste Suína Clássica, com coleta de material e aplicação de questionário em quase 300 propriedades. Passou-se ainda a fazer fiscalização em propriedades para conferência de recebimento de animais oriundos de outros estados. A barreira móvel melhorou a eficiência, aumentou a quantidade de cargas fiscalizadas e de autos de apreensão e de fiscalização emitidos. 2017 - O aumento na quantidade de cadastros de novas propriedades de criação de equídeos e passeriformes, de vacinações de bezerras e de atendimento a notificações de doenças de controle sanitário não foi suficiente para alcançarmos o índice desejado. Devido-se à redução nas fiscalizações de comércio de vacinas (o que se deve, basicamente, à descontinuidade na comercialização de vacinas contra febre aftosa por 7 revendas) e de carga em trânsito (extinção de uma barreira fixa). 2018 - A redução de 37,9% no índice é devido: ao fechamento de uma empresa do ramo da avicultura e suinocultura, que impactou diretamente em vários parâmetros utilizados na contabilização das ações da Def. Sanit. Animal; e redução das fiscalizações de uso e comércio do agrotóxico em razão da intensificação das ações de educação sanitária, entretanto, o DF manteve-se como área livre p/ a Sigatoka negra na cultura da banana e ã teve registro de ocorrência de pragas regulamentadas das culturas cítricas.											
1480 - CANAL RECUPERADO	KM	11	31/12/2014	QUADRIMESTRAL	15	19,675	15	1,47	15	17,486	SDR/ SEAGRI / UO 14101 / OE 4
Justificativa: 2016 - Houve uma demanda superior ao que havia sido planejado, mas ocorreram aquisições de novas máquinas e implementos, possibilitando o atendimento à nova demanda superior. 2017 - Devido a pouca disponibilidade de pessoal com atribuição para coordenação de equipes de campo, não foi possível alcançar o índice desejado. O número alcançado é resultado do empenho normal da equipe. 2018 - Devido disponibilidade de equipamentos e combustível, e concentração das ações em poucas frentes, houve uma superação do índice desejado de 16,6% no exercício de 2018.											
1497 - FISCALIZAÇÃO REALIZADA EM ESTABELECIMENTOS E VEÍCULOS	UNIDADE	0	31/12/2016	ANUAL	7.500	7.938	7.500	6.668	7.500	4.549	SDA/ SEAGRI / UO 14101 / OE 7
Justificativa: 2016 - Mesmo com o número de servidores e veículos reduzidos, a equipe trabalhou intensamente para realizar as ações de inspeção em quantidade e qualidade necessária para a manutenção da segurança sanitária dos alimentos consumidos pela população do Distrito Federal, superando em 5,84% o índice do indicador. 2017 - O intervalo entre as inspeções nos estabelecimentos tem como tendência a aumentar, diminuindo a quantidade anual de vistorias em decorrência de melhorias nas condições de funcionamento das indústrias e implantação de programas de auto controle nos estabelecimentos registrados, excetuando-se as inspeções permanentes em abatedouros. O número alcançado é consequência do comprometimento e capacidade dos servidores, apesar do déficit de veículos e servidores na área de fiscalização. 2018 - O índice alcançado ficou 39,3% abaixo do desejado em razão de publicação do Decreto 38.981, de 10/04/18, pois a equipe da DIPOVA esteve empenhada em realizar ações de sensibilização e apresentação de nova legislação aos fiscalizados por meio de seminários e palestras, antes de retomar as inspeções rotineiras.											
1482 - PARTICIPAÇÃO DO AGRICULTOR NOS PROGRAMAS DE COMPRAS INSTITUCIONAIS	PESSOA	1161	30/06/2015	ANUAL	1.550	1.451	1.700	1.321	1.850	1.793	SAF/ SEAGRI / UO 14101 / OE 4
Justificativa: 2016 - No Programa de Aquisição de Alimentos - PAA 980 Agricultores Familiares - AF foram cadastrados. No PAA na modalidade Institucional participaram 111 Agricultores Familiares -AF. No PAA modalidade CONAB participaram 47 Agricultores Familiares - AF.No Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE participaram 250 Agricultores Familiares - AF. No Programa de Aquisição da Produção da Agricultura - PAPA/DF participaram 63 Agricultores Familiares - AF. 2017 - Devido à diminuição de recursos disponibilizados pelo MDSA, o atraso ao iniciar as atividades do PAA no segundo semestre de 2017 e falta de recursos das secretarias do DF para contratação no PAPA, não foi possível alcançar o índice desejado. O valor obtido se deve ao empenho normal da equipe. 2018 - O índice alcançado ficou abaixo 3% do desejado. A participação alcançada se deu pela adesão aos programas: PAA/TA, PAA/Conab, Pnae e PAPA-DF. O Programa de Aquisição da Produção da Agricultura do Distrito Federal - PAPA-DF, não apresentou o resultado esperado no exercício de 2018, o que comprometeu o resultado. Isto foi motivado pelas dificuldades financeiras enfrentadas pelo Estado no período.											
1481 - PRODUTOR ASSISTIDO EM DOAÇÃO DE INSUMOS	PESSOA	1030	31/12/2014	BIMESTRAL	650	438	650	4.390	650	933	SAF/ SEAGRI / UO 14101 / OE 4
Justificativa: 2016 - Foram distribuídos 211 trajetos/caminhões de apara de poda e 672 toneladas de composto orgânico/calciário. 2017 - O alcance do índice desejado foi possível por ter sido trabalhado paulatinamente conforme os preceitos legais vigentes, com o avanço controlado de seu cumprimento, avaliando o desempenho das ações e assegurando a prestação de contas, primando sempre pela qualidade do atendimento e serviços prestados. 2018 - O índice alcançado foi superior 43,5% do desejado para o exercício de 2018. Na ação foi levado em consideração o tamanho da propriedade e o tipo de empreendimento do produtor. No caso de: Adubo: 188 produtores foram atendidos; cada beneficiário recebeu em média 24m3, ou o equivalente à 2 caminhões; foram entregues 3.490 m³. Sementes: 745 produtores foram atendidos; Cada Agricultor Familiar recebeu em média 2 sacas de sementes (20 kg), misturado entre semente de milho e feijão.											

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



Item	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
6208 - TERRITÓRIO DA GENTE	0	500000,00	508,0	508,0
0001 - IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS RURAIS	0	500000,00	508,0	508,0
0001 - IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS RURAIS--DISTRITO FEDERAL	0	500000,00	508,0	508,0
TOTAL - 6208 - TERRITÓRIO DA GENTE	0,00	500000,00	508,00	508,00

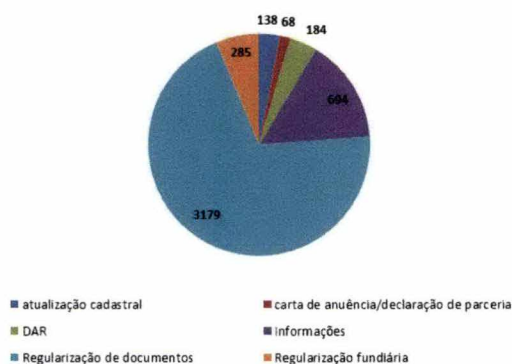
Na área de regularização fundiária compete à Seagri coordenar a administração e fiscalização das áreas públicas rurais do Distrito Federal, exercer o ordenamento, controle e acompanhamento da tramitação dos processos de regularização fundiária, propor normas e diretrizes para elaboração do Plano de Utilização das Unidades de Produção, avaliar e propor medidas saneadoras e/ou interventivas em áreas com desvio de finalidade, firmar Contrato de Concessão de Direito de Uso Oneroso - CDU e contratos de Concessão de Direito Real de Uso - CDRU, planejar e coordenar a implantação da política de utilização da tecnologia de geoprocessamento e topografia no âmbito da Secretaria.

São beneficiários das atividades da Seagri, na área de regularização fundiária, todos os produtores rurais do Distrito Federal que ocupam áreas pertencentes à Terracap e que comprovam a ocupação de gleba com as características e pelo lapso temporal exigido pelo art. 7º da Lei 5.803/2017, e que ainda tenham atividade rural efetiva. Ainda, são beneficiários da regularização fundiária os ocupantes de gleba urbana com características rurais que atendam aos requisitos do artigo 278 da Lei Complementar nº 803/2009.

Dentro do Programa Território da Gente, o objetivo da Seagri é garantir, por meio das suas funções, que as propriedades rurais sejam regularizadas, e que seus ocupantes possam exercer sua atividade produtiva com segurança jurídica, que possam acessar fontes de financiamento rural, que possam dispor de sua terra para que ela cumpra sua função social, e para que possam ter resgatado o senso de pertencimento à sua propriedade privada.

Em 2018 a Seagri realizou 4.548 atendimentos diretos a produtores rurais, que buscaram, em sua grande maioria, regularizar seus documentos junto ao processo de regularização da propriedade, e buscar informações sobre o andamento do processo, conforme gráfico a seguir. A implantação do Sistema de Gerenciamento de Atendimento facilitou o controle dos atendimentos, o gerenciamento das ações, e a organização do espaço de atendimento (Sala do Produtor), tomando os atendimentos mais ágeis, rápidos e eficientes. Até o início deste ano não haviam dados computados deste tipo de atendimento, e por isso não é possível estabelecer um comparativo com anos anteriores.

Número de atendimentos por tipo de serviço buscado pelos produtores rurais do DF em 2018



Foram feitas ações de orientação sobre o processo de regularização aos produtores em diversas regiões do Distrito Federal, como Brazlândia, Estrutural, Gama, entre outros, para que dessem início aos seus processos de regularização dentro do período estabelecido pela legislação. Tal ação culminou na autuação de novos processos, totalizando, até dezembro, 366 novos pedidos de regularização adicionados ao Sistema Eletrônico de Acompanhamento de Processos - SEI. No mesmo período foram autuados 244 pedidos de anuência para Constituição de Garantia de Crédito Rural para Investimento, 63 Autorizações Para Uso ou Ocupação de Terra Pública Rural e 69 Declarações de Uso e Ocupação do Solo. Mais de 1.200 processos físicos tiveram sua tramitação física encerrada, foram digitalizados e inseridos no SEI, o que permite maior transparência e maior facilidade no acompanhamento processual por parte do produtor rural (que pode consultar o andamento via internet). A Seagri possui atualmente 4.214 processos de regularização ativos, sendo 867 em área urbana com características rurais e 3.347 em áreas rurais no Distrito Federal.

No ano de 2018 foram cadastradas 265 poligonais das áreas rurais e urbanas com características rurais na base de dados geográficos da Seagri (totalizando 4.214 registros na base, atualmente). No mesmo período, foram retirados da base de dados geográficos 93 registros, ou porque os processos foram autuados em duplicidade, ou porque o requerente desistiu do processo, ou porque o processo de regularização foi indeferido. Foram confeccionados 416 documentos cartográficos em 2017 e 403 em 2018. Ainda, foram criadas novas rotinas (ferramentas) no aplicativo de repositório de dados geográficos da Seagri, para análise dos pedidos de regularização de áreas rurais e áreas urbanas com características rurais do DF. Ferramentas como a "conversão de coordenadas" para a conversão entre coordenadas métricas e geográficas tem auxiliado na localização das áreas rurais. A ferramenta "Relatório de Caracterização" cria um relatório de caracterização das áreas ocupadas pelos requerentes, aumentando a disponibilidade e a facilidade e rapidez de obtenção destes dados. Ainda, foram realizados 167 ajustes de poligonais de agosto a dezembro (nos meses anteriores não eram feitos relatórios de contabilização), 16 visitas a campo e diversas reuniões com produtores para a solução de conflitos dos perímetros das áreas rurais e urbanas da região do Distrito Federal.

O Grupo de Trabalho responsável pela análise dos Planos de Utilização - GTPU realizou um encontro em março de 2018 para Instruir os Responsáveis Técnicos - RT's sobre as exigências da Portaria nº 74, de 3 de outubro de 2017, na tentativa de melhorar a qualidade dos PU's apresentados, e assim tornar o processo mais ágil. Foram realizadas ainda diversas reuniões com os RT's para dirimir suas dúvidas durante o processo de confecção dos PU's, e, em parceria com a Seagri, foi adicionado ao fluxograma processual uma análise de admissibilidade destes documentos, mais uma vez na tentativa de diminuir os índices de reprovação dos planos (e com isso diminuir os gastos dos produtores rurais e o tempo da instrução processual). No exercício de 2018, 229 processos foram analisados pelo GTPU.

Foram expedidos pela Seagri 99 CDUs durante o ano de 2018. Esse número foi 31,3% superior ao ano de 2017. Foram emitidos 90 Certificados de Legítimo Ocupante - CLO; este documento é emitido após a constatação pela Seagri de atendimento pelo requerente de todas as condicionantes legais para a regularização da área, e antecedente a emissão do contrato. Em 2018 foram celebrados 11 contratos de CDRU na Terracap após instrução processual realizada por esta Secretaria.

Outra atividade de grande importância para a regularização fundiária é a fiscalização nas áreas rurais do DF, a fim de coibir o parcelamento irregular de área e verificar se a função social da propriedade está sendo cumprida. Enquanto que em 2017 o número de fiscalizações chegou a 231, já em 2018 chegou a 204, tendo uma redução de 13,24%. No total, as equipes de fiscalização executaram mais de 1000 atividades, conforme mostra o quadro a seguir:

INDICATIVOS	ANO 2018
Acomp. dos Órgãos de Fiscalização	12
Apuração de denúncias	47
Apuração em áreas identificadas	63
Atendimentos ao público	270
Notificações	378
Reuniões	49
Fiscalizações	88
Vistorias	692
Total	1.599

[Handwritten signatures and initials]



INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3043 - ADEQUAÇÃO AMBIENTAL DE ÁREAS RURAIS	0	3937319,51	378806,79	378806,79
5607 - ADEQUAÇÃO AMBIENTAL DE ÁREAS RURAIS-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	0	3937319,51	378806,79	378806,79
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	0,00	3937319,51	378806,79	378806,79

No âmbito das políticas públicas voltadas ao meio ambiente e a sustentabilidade destacam-se os Programas Reflorestar e o Programa Produtor de Águas do Píripau, por meio do plantio de mudas de espécies nativas do bioma Cerrado em áreas degradadas, de nascentes e em áreas de preservação permanente de rios e córregos. As espécies são semeadas e cultivadas em viveiros na Granja Modelo do Ipê, localizada no Park Way, que além de produzir as mudas, conta com equipe formada por engenheiros, biólogos, técnicos e auxiliares, que trabalha no apoio aos produtores rurais na adequação ambiental de seus lotes, orientando-os na recuperação e proteção dos recursos hídricos e conservação do solo. Além disso, o Reflorestar promove a capacitação e estimula a educação ambiental. Depois de um processo iniciado com a coleta de sementes no cerrado, preparo e cultivo em estufas as mudas formadas são distribuídas para os produtores rurais. No ano de 2018 foi disponibilizado um total de 70.321 mudas e uma área de 67,98 hectares plantada.



Entregas de mudas de espécies nativas do cerrado. Ação do Programa Reflorestar.

O plano de revitalização da Bacia Hidrográfica do Alto Rio Descoberto, cuja implantação foi promovida em setembro de 2017 através de convênio celebrado entre a Seagri e a Fundação Banco do Brasil, prevê ações de revegetação com espécies nativas do bioma Cerrado em 224 Áreas de Preservação Permanente e de nascentes que estão degradadas bem como a construção/adequação de 1.200 bacias de contenção de águas pluviais do tipo "barraginhas", além da capacitação de produtores rurais em manejo de irrigação. A Seagri realizou a construção de cerca de 310 "barraginhas" e mais de 20 áreas de preservação permanente na região do Alto Rio Descoberto foram revegetadas com espécies nativas do bioma Cerrado.



Plantio de mudas de espécies nativas do cerrado em área degradada. Ação do Plano de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Alto Rio Descoberto.

Um problema considerável que atinge a área rural é o tratamento inadequado do esgoto doméstico. Por geralmente não serem assistidas pela rede de tratamento de água e esgoto, o efluente necessita ser tratado na propriedade rural e para tanto o uso de fossas negras é historicamente bastante difundido. Neste tipo de fossa, que consiste apenas em um buraco escavado no solo, o efluente não sofre qualquer tipo de tratamento e infiltra no solo até atingir os lençóis freáticos, o que pode contaminar com coliformes fecais a água destinada à irrigação (por consequência os alimentos de origem vegetal) e ao consumo humano e animal (contaminando os alimentos de origem animal), ocasionando doenças como hepatite, cólera, salmonelose, podendo levar à morte. Para buscar solucionar este problema em 2018 foi firmado convênio entre a Seagri e a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) para aquisição de 79 conjuntos de fossas sépticas para tratamento do esgoto doméstico em propriedades rurais do Distrito Federal. Trata-se de um conjunto composto por uma caixa de passagem, uma fossa séptica um filtro anaeróbico, além de sumidouro, onde o efluente doméstico gerado é reinserido no meio ambiente em condições adequadas. É um método que trabalha através da ação de bactérias anaeróbicas, as quais fazem a decomposição da matéria orgânica oriunda do esgoto doméstico e a filtragem. Esse sistema possui eficiência de até 80% no tratamento do esgoto doméstico produzido, garantindo dessa forma que o efluente possa ser inserido no meio ambiente. O público alvo consiste em agricultores familiares bem como pré-assentados e assentados da reforma agrária. Em 2018 foram instalados 17 conjuntos de fossas sépticas. As 79 famílias contempladas pelo convênio entre Seagri e Funasa, localizadas em diversas comunidades rurais do DF, foram selecionadas e aguardam a instalação dos conjuntos, prevista para o primeiro quadrimestre do ano de 2019.

[Handwritten signature]

[Handwritten signatures]



Detalhe do conjunto fossa séptica (fossa séptica e filtro anaeróbico).

A Seagri, nos termos da Resolução CONAM Nº 11, de 20 de dezembro de 2017, e da Portaria Conjunta Ibram/Seagri nº 01, de 1º de fevereiro de 2018, emite a Declaração de Conformidade de Atividade Agropecuária - DCAA, que é um documento expedido para atividades rurais dispensadas de licenciamento ambiental, sendo um instrumento de comprovação da viabilidade ambiental da atividade. Este instrumento é utilizado ainda como requisito para obtenção de financiamento de atividades agrícolas, haja vista que uma exigência das instituições financeiras atualmente é que a atividade seja ambientalmente viável. Foram emitidas 154 DCAA's em 2018.

Com vistas ao desenvolvimento sustentável tem-se a importância do fomento à elaboração e execução de políticas públicas baseadas na produção em base agroecológica, pois além de se produzir alimentos de boa qualidade, livre de resíduos químicos (uma vez que não são utilizados fertilizantes sintéticos solúveis e agrotóxicos) também contribui com a segurança alimentar, e com a conservação e melhoria ambiental, por meio do uso responsável do solo, da água, do ar e dos demais recursos naturais do Distrito Federal. Destaca-se que em 2018 foi publicada a Portaria nº 60, de 29 de outubro de 2018 (DODF em 30/10/2018) que designou os membros para compor a Câmara Setorial da Agroecologia e Produção Orgânica do Distrito Federal - CAO-DF, criada nos termos do Decreto nº 38.618/2017, que regulamenta a Lei de Agroecologia e Produção de Orgânicos no Distrito Federal e cria a CAO-DF. Existem 02 convênios firmados com a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário - Sead para a aquisição de um total de 188 kits agroecológicos, compostos pelos seguintes insumos: adubos, corretivos de solo, mudas e sementes de culturas como feijão, café, laranja, limão, a fim de fomentar a transição agroecológica de propriedades rurais familiares, bem como para a realização de mutirões de implantação e manejo dos sistemas agroflorestais, sendo esta a primeira etapa, com expectativa de início para o primeiro semestre de 2019.

Nos dias 08 e 09 de novembro foram realizadas como parte das ações da CAO-DF as Oficinas de Construção de Propostas para a Agroecologia e a Produção Orgânica no Distrito Federal e Entorno. O evento ocorreu no Auditório da Seagri e na Casa do Cerrado, com a seguinte programação:

1. Oficinas de construção de propostas para Redução de Uso de Agrotóxicos;
2. Oficinas de construção de propostas para Formação em Agroecologia;
3. Oficinas de construção de propostas para Inovação em Agroecologia;
4. Oficinas de construção de propostas para Comercialização de Produtos;
5. Oficinas de construção de propostas para Sistemas Produtivos de Base Agroecológica;
6. Oficinas de construção de propostas para Pagamentos por Serviços Ambientais;
7. Plenária Final;
8. Encerramento e Confraternização com Feira de Troca de Sementes e Mudanças.

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	120000,0	116409,79	116409,79	106432,59
0019 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	120000,0	116409,79	116409,79	106432,59
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	120000,00	116409,79	116409,79	106432,59

A Ação Fortalecimento das Ações de Apoio ao Interno e sua Família tem por finalidade assistir e ressocializar sentenciados à disposição da Seagri, conforme contrato de prestação de serviços nº 02/2013 firmado com a FUNAP.

6219 - CAPITAL CULTURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4090 - APOIO A EVENTOS	100000,0	98367,00	98366,45	98366,45
0130 - APOIO A EVENTOS-APOIO A PROJETOS CULTURAIS E SOCIAIS REALIZADOS PELA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE EQUOTERAPIA (ANDE-BRASIL)-DISTRITO FEDERAL	0	98367,00	98366,45	98366,45
6026 - APOIO A EVENTOS - APOIO À PROJETOS CULTURAIS E SOCIAIS REALIZADOS PELA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE EQUOTERAPIA (ANDE-BRASIL) - DISTRITO FEDERAL	100000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6219 - CAPITAL CULTURAL	100000,00	98367,00	98366,45	98366,45

Aquisição de insumos por meio de emenda parlamentar para distribuição gratuita a Associação Nacional de Equoterapia - ANDE BRASIL, para atender ao Projeto "Cavalo Transformando Vidas".

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	6031849,0	1550097,01	1550097,01	1550097,01
0014 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	6031849,0	1550097,01	1550097,01	1550097,01
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1920000,0	1178059,32	1178059,32	1084031,21
0031 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	1920000,0	1178059,32	1178059,32	1084031,21
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	7951849,00	2728156,33	2728156,33	2634128,22

No exercício de 2018 a Seagri efetuou pagamento de licença-prêmio para 15 servidores inativos (aposentados em 2016).

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	10000,0	2361,60	2361,60	2361,60
5301 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO - SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	10000,0	2361,60	2361,60	2361,60
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	400000,0	800000,0	0	0
0035 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-APOIO A REFORMA DO PARQUE DE EXPOSIÇÕES AGROPECUÁRIAS DA GRANJA DO TORTO-DISTRITO FEDERAL	0	800000,0	0	0
9811 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS - REFORMA DO EDIFÍCIO DA UNIDADE DA EMATER DO INCRA 08 - REGIÃO IV - BRAZILÁNDIA	400000,0	0,0	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	66282349,0	61399740,15	61399740,15	61399740,15
0004 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	66282349,0	61399740,15	61399740,15	61399740,15
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	2499680,0	2219889,33	2219889,33	2219889,33
0005 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	2499680,0	2219889,33	2219889,33	2219889,33
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	2951240,0	3526586,72	3526586,72	3265289,15
0004 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	2951240,0	3526586,72	3526586,72	3265289,15
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	100000,0	94132,55	94132,55	87143,30
2487 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	100000,0	94132,55	94132,55	87143,30
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	4000,0	4704,0	4704,0	4704,0
2566 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	4000,0	4704,0	4704,0	4704,0
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	72247269,00	68047414,35	67247414,35	66979127,53

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

No exercício de 2018 a Seagri permaneceu com 38 Convênios/Contratos de Repasse em vigência, somando um montante de **R\$ 47.597.899,96**, conforme quadro seguinte:

Nº	Nº SICONV	Objeto	Órgão Concedente	Valor de Repasse	Valor da Contrapartida	Rendimento de aplicação	Total dos Recursos
01	851912	Proporcionar as condições necessárias para dar agilidade ao processo de regularização de ocupação das terras públicas rurais e urbanas com características rurais do DF, por meio da aquisição de equipamentos tecnológicos, geotecnológicos e de infraestrutura.	SEAD - Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário	500.000,00	803,86		500.803,86
02	771686	Aquisição de patrulha móvel para tratamento de resíduos sólidos.	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA	481.570,19	129.129,81		610.700,00
03	832958	Aquisição de máquinas e equipamentos agropecuários para fomento da Infraestrutura e Desenvolvimento Econômico e Social da Região Rural do Distrito Federal.	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA	1.211.089,42	11.950,00		1.223.039,42
04	794371	Aquisição de máquinas e equipamentos.	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA	975.000,00	243.750,00	15.326,00	1.234.076,00



	Nº SICONV	Objeto	Órgão Concedente	Valor de Repasse	Valor da Contrapartida	Rendimento de aplicação	Total dos Recursos
05	795520	Estruturação produtiva de assentamentos de reforma agrária e comunidades de agricultores familiares do DF e RIDE DF através da aquisição de patrulhas agrícolas para disponibilização de serviços de mecanização, aquisição de maquinário e construção de edificações para apoio ao transporte e comercialização da produção.	SEAD - Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário	4.000.000,00	400.000,00		4.400.000,00
06	833391	Aquisição de patrulha agrícola.	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA	144.342,51	144,49		144.487,00
07	808705	Aquisição de máquinas e equipamentos (patrulha motomecanizada).	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA	1.462.500,00	47.500,00		1.510.000,00
08	835505	Apoio à reestruturação e implementação do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA) e o fortalecimento das ações de Defesa Agropecuária	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA	999.740,00	53.000,00	113.484,44	1.166.224,44
09	764040	Promover, no âmbito do Programa Produtor de Água, a recuperação hidroambiental da bacia hidrográfica do Ribeirão Pipiripau com vistas à ampliação da oferta de água e melhoria de sua qualidade.	Agência Nacional de Águas	2.000.000,00	284.580,00	231.251,03	2.515.831,03
10	857294	Promover o acesso à água para o consumo humano e animal e para a produção de alimentos, por meio de implementação de tecnologias sociais, destinado às famílias rurais de baixa renda atingidas pela seca ou falta regular de água, nos termos da Lei nº 12.873/2013.	Ministério do Desenvolvimento Social	495.446,69	5.050,51		500.497,20
11	862529	Fomentar a transição agroecológica e agroflorestal de propriedades rurais familiares no DF através da inclusão social, produtiva e econômica no meio rural com propostas técnicas que possibilitem o desenvolvimento de sistemas de produção com maior lucratividade e autonomia ao agricultor familiar. Com isso pretende-se harmonizar a capacidade de geração e socialização de conhecimentos em sistemas de produção de base agroecológica e agroflorestal, acesso aos insumos, ampliar a oferta de alimentos saudáveis aos consumidores.	SEAD - Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário	599.999,44	2.128,95		602.128,39
12	795760	Construção e implantação de Centro de Capacitação de Assentados.	Instit. Nac. De Colonização E Reforma Agraria - INCRA	3.000.000,00	1.022.100,00		4.022.100,00
13	853923	Aquisição de Kits de Irrigação à Baixa Pressão para Fomento da Infraestrutura e Desenvolvimento Econômico e Social de Agricultores Familiares oriundos da Reforma Agrária	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA	1.258.425,31	1.259,69		1.259.685,00



	Nº SICONV	Objeto	Órgão Concedente	Valor de Repasse	Valor da Contrapartida	Rendimento de aplicação	Total dos Recursos
14	862554	Elaborar o diagnóstico ambiental de áreas degradadas localizadas na região da Seminha do Paranoá, bem como promover ações de educação e de reflorestamento.	Ministério do Meio Ambiente - MMA	442.563,00	701,00		443.264,00
15	842619	Implantação de melhorias sanitárias domiciliares em comunidades rurais do Distrito Federal	Fundação Nacional de Saúde	500.000,00	500,50		500.500,50
16	846833	Aquisição de equipamentos e materiais diversos	SEAD - Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário	967.281,68	968,25		968.249,93
17	847506	Aquisição de Tratores Agrícolas.	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA	292.500,00	61.500,00		354.000,00
18	844135	Aquisição de patrulhas agrícolas.	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA	146.250,00	146,40		146.396,40
19	846812	Aquisição de tubos para condução de água para irrigação.	SEAD - Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário	500.000,00	4.000,00		504.000,00
20	862523	Realizar a recuperação ambiental de Áreas de Preservação Permanente, nascentes, na região da bacia hidrográfica do Alto Descoberto.	SEAD - Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário	100.000,00	100,10		100.100,10
21	851231	Materiais e Insumos para revitalização de Centro de Referência em Agroecologia.	SEAD - Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário	196.888,92	197,09		197.086,01
22	016276	Implantação do plano de revitalização da bacia hidrográfica do alto Rio Descoberto.	Fundação do Banco do Brasil	899.523,25	192.178,56		1.091.701,81
23	835680	Fomento à produção de base agroecológica e agroflorestal no DF e entorno.	SEAD - Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário	421.800,00	423,00		422.223,00
24	841544	Aquisição máquina e implementos agrícolas.	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA	292.500,00	4.517,89		297.017,89
25	839394	Construção de Centro de Comercialização e Capacitação	SEAD - Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário	1.600.000,00	1.601,60		1.601.601,60
26	839454	Implantação de sistemas de abastecimento de água nos assentamentos rurais no Distrito Federal e RIDE.	Instit. Nac. de Colonização e Reforma Agrária - INCRA	4.409.990,34	4.414,41		4.414.404,75
27	839226	Aquisição de equipamentos e Kits de Irrigação localizada por gotejamento	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA	2.000.000,00	2.002,00		2.002.002,00
28	835494	Implantar unidade demonstrativa multidisciplinar em agropecuária.	SEAD - Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário	100.000,00	1.500,00		101.500,00
29	837678	Implantação do Programa Nacional de Crédito Fundiário no Distrito Federal e RIDE	SEAD - Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário	2.966.154,28	329.572,70		3.295.726,98



	Nº SICONV	Objeto	Órgão Concedente	Valor de Repasse	Valor da Contrapartida	Rendimento de aplicação	Total dos Recursos
30	840951	Apoiar a estruturação produtiva de assentamentos de reforma agrária e comunidades de agricultores familiares do DF através da aquisição de patrulhas agrícolas.	SEAD - Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário	1.000.000,00	39.049,00		1.039.049,00
31	870936	Aquisição de Maquinas e Equipamentos.	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA	577.299,41	12.700,59		590.000,00
32	871767	Propiciar instalações adequadas ao recebimento dos produtos comercializados e o bom atendimento à clientela da Feira do Lago Norte.	SEAD - Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário	258.590,59	258,85		258.849,44
33	872166	Aquisição de Patrulha Agrícola.	SEAD - Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário	1.895.515,72	1.897,41		1.897.413,13
34	880883	Aquisição de bens e equipamentos para infraestrutura comunidades rurais.	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA	1.629.643,29	1.631,27		1.631.274,56
35	880885	Dotar a Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do DF de condições mínimas para ampliar sua atuação no sistema produtivo da agricultura do Distrito Federal, por meio da aquisição de caminhões pipa e veículo automóvel de apoio, que serão utilizados na conservação e manutenção de estradas rurais de acesso aos produtores rurais do DF.	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA	966.110,02	1.025,00		967.135,02
36	880886	Dotar a Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do DF de condições mínimas para ampliar sua atuação no sistema produtivo da agricultura familiar do Distrito Federal, por meio da aquisição de máquinas de terraplenagem, caminhão pipa, implementos de solo e veículo automóvel de apoio, que serão utilizados na conservação e manutenção de estradas rurais de acesso aos produtores rurais assentados.	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA	1.948.428,29	1.961,71		1.950.390,00
37	882080	Aquisição de equipamentos para fomento da infraestrutura e desenvolvimento econômico e social da região rural do Distrito Federal.	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA	2.930.746,56	3.487,00		2.934.233,56
38	880586	Aquisição e disponibilização de mudas e insumos para a agricultura familiar do Distrito Federal.	SEAD - Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário	200.000,00	207,94		200.207,94
TOTAL				44.369.898,91	2.867.939,58	360.061,47	47.597.899,96

A coluna de "Rendimento de Aplicação" só apresentará saldo quando da solicitação de uso, feita pelo executor conveniente ao gestor concedente e após a aprovação por este último, passando assim, o valor aprovado, compor o valor global do convênio.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

as realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

O SISTEMA PÚBLICO DA AGRICULTURA DO DISTRITO FEDERAL é constituído pela Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural - Seagri, cuja estrutura contempla cinco Subsecretarias, e suas empresas vinculadas, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater, com o papel da transferência de conhecimento e de tecnologias, e as Centrais de Abastecimento de Brasília - Ceasa, que contribui para a segurança alimentar e nutricional do Distrito Federal.



Figura 1: O Sistema Público de Agricultura do Distrito Federal.

O foco de trabalho do Sistema Público da Agricultura do Distrito Federal é a geração de renda no campo, como estratégia de favorecer a permanência ativa e sustentável das famílias no espaço rural. Assim, podemos destacar, de forma objetiva, os principais alcances no ano de 2018 e as perspectivas para 2019.

Na Área de Defesa Agropecuária

De modo geral, as maiores dificuldades encontradas giraram em torno de problemas administrativos e burocráticos que fogem à competência da área fim, e que persistem apesar do aperfeiçoamento dos mecanismos internos da Seagri, relacionados aos procedimentos de aquisição.

Ainda que as metas de ações da Defesa Sanitária Animal não tenham sido alcançadas, observa-se, em relação ao ano anterior, a manutenção dos resultados na maioria dos indicadores utilizados para contabilização das ações. Mesmo sem realização de inquéritos sanitários, o número de fiscalizações apresentou apenas uma discreta diminuição em relação ao ano anterior, fato justificado pela realização, durante o ano 2018, de questionários e análise de dados referentes à Pesquisa sobre a percepção do produtor rural em relação ao Serviço de Defesa Agropecuária no DF. Deste modo, considerando a aplicação dos questionários e Termos de Fiscalização emitidos foram realizadas mais de 3.003 ações à campo e em lojas agropecuárias relacionadas às atividades de Defesa Sanitária Animal no ano.

Os indicadores que tiveram queda significativa, no ano, foram emissão de auto de infração, que parece ser mais um indicativo de que as ações de educação sanitária tiveram êxito; número de fiscalizações de comércio de vacinas (2 revendedoras fecharam no ano de 2018) e o número de cargas fiscalizadas. A quantidade de cargas fiscalizadas pelas barreiras móvel e fixa diminuiu principalmente devido ao encerramento da maioria das atividades de uma empresa do ramo da Avicultura e Suinocultura no DF, e devido ao fato de outras granjas avícolas do DF suspenderem suas atividades em 2018 por não atendimento às exigências previstas pela IN nº 8/2017 do MAPA, fato que impossibilitou o registro das mesmas. Apesar disso, o controle de trânsito animal foi mais eficiente em 2017, atuando com base em avaliação de risco e, por isso, foi a que gerou mais autos de infração no período, quando comparada aos escritórios de atendimento. Além disso, a barreira móvel apreendeu em trânsito irregular animais que tiveram diagnóstico positivo para Brucelose Bovina e Anemia Infecciosa Equina, exercendo assim importante papel de evitar a disseminação de doenças para a pecuária do Distrito Federal.

Indicadores importantes, como o número de notificações, mantiveram-se praticamente iguais ao ano anterior. Esse indicador é considerado um dos mais importantes para a Defesa Sanitária Animal, já que demonstra que o serviço de vigilância está atuante e que o produtor rural confia na nossa atuação. Houve pequena diminuição nos cadastros novos realizados. Essa diminuição é esperada, pois como a atividade já é realizada há alguns anos é provável que a maioria das propriedades do DF já esteja cadastrada junto ao Serviço Veterinário Oficial - SVO.

Houve um aumento significativo (63%) na emissão de GTA pelo produtor rural em relação ao ano anterior, apesar da diminuição do número total de GTAS emitidas. O motivo da diminuição do número total de guias foi também resultante do fechamento de granjas avícolas no DF, seja por falta de registro ou encerramento das atividades de uma empresa da área.

Salientamos que o incremento de alguns indicadores avaliados para atingir a meta estabelecida depende diretamente de maiores investimentos em pessoal e estrutura física do Serviço de Defesa Agropecuária, pois assim a maioria das atividades de grande importância para o serviço, tais como fiscalização de trânsito, fiscalização em propriedades rurais, vigilâncias ativas, manutenção e evolução do sistema eletrônico de Defesa Agropecuária, dentre outros poderiam ser ampliados, intensificados, reestruturados e melhorados mediante a disponibilização de recursos físicos e de pessoal técnico capacitado.

Dessa forma, apesar da meta geral não ter sido alcançada, consideramos que as ações da Defesa Sanitária Animal continuam a atender, com algumas limitações, seus objetivos principais de garantir a sanidade dos rebanhos e orientar da melhor forma possível os produtores rurais do Distrito Federal.

Destacam-se ainda os esforços da Seagri para ampliar o acesso ao Sistema Sidagro para toda a população. A legislação federal passou a permitir a emissão da PTV pelo próprio responsável técnico desde que seja homologada pelo servidor da Seagri, entretanto, não é possível a liberação da funcionalidade sem antes estruturar a Gerência de Sanidade Vegetal com recursos humanos para que possam ser realizadas as inspeções in loco. É necessário ainda o desenvolvimento de um módulo que abranja o cadastro de propriedades com exploração agrícola, até o momento inexistente no Sidagro, exigindo o trabalho da equipe em algo que poderia estar sendo realizado de forma mais eficiente. Além disso, com a formalização do ACT entre DF e Goiás, está previsto a cessão do software utilizado naquele estado, permitindo uma ampliação do escopo de atuação, maior controle das irregularidades e gerenciamento dos dados, monitoramento do comércio de agrotóxicos, gerando consequentemente uma melhora no desempenho e motivação da equipe, além de maior integração dos serviços refletindo diretamente na melhoria da sua prestação. Para isso, é necessário um aporte financeiro ou aumento da equipe de gestão da tecnologia para desenvolvimento e customização do sistema para o serviço local.

Por fim, objetivamos para 2019 a intensificação da fiscalização do comércio e uso de agrotóxicos e afins almejada pela sociedade. Para tal, é necessária enviar esforços na aprovação do projeto de lei que atualiza a norma distrital vigente que carece de regulamentação e que traz embaraço para alguns aspectos peculiares ao DF não previstos na legislação federal. Por fim, espera-se poder realizar, em 2019, o monitoramento de resíduos de agrotóxicos em alimentos, cuja dotação orçamentária não foi suficiente para implantação em 2018, para que a população do DF possa a cada dia mais consumir produtos seguros e de qualidade, tendo a área de Defesa Agropecuária oferecer a esta a colaboração que lhe é atribuída. Intencionamos também consolidar os eventos técnicos realizados, promover a desburocratização para regularização dos estabelecimentos de produtos de origem animal e vegetal, e contratar novos servidores para fiscalização.

Na Área de Abastecimento e Desenvolvimento Rural

As principais dificuldades encontradas no exercício de 2018 nas ações de execução dos programas temáticos são de maneira geral aquelas mesmas enfrentadas no exercício de 2017.

Quanto ao Programa Temático Brasília Competitiva, para o bom desempenho das ações de revitalização e manutenção de canais a participação da comunidade que receberá o atendimento é fundamental. De maneira geral essa dinamização nas comunidades rurais é realizada pela Emater/DF, entretanto o grau de mobilização da comunidade, sobretudo no auxílio à realização das atividades operacionais é de fundamental importância.

Outro aspecto a ser considerado foi o da quantidade de frentes de trabalho, que deveria ser em número mínimo de três e a concentração das ações em poucas frentes. Apesar disso em 2018 foi recuperado um total de 17,486 Km de canais. Destacam-se ainda dificuldades relacionadas à disponibilidade de equipamentos e combustível para execução das ações.

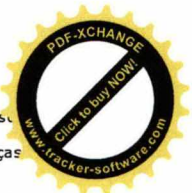
Em relação à Certificação - Selo Brasília qualidade no Campo, as dificuldades encontradas foram a falta de pessoal, de recursos bem como a dificuldade de estímulo/convencimento do produtor para aderir ao programa.

Quanto ao programa temático Infraestrutura e Sustentabilidade Socioambiental, as principais dificuldades encontradas na execução das atividades foram:

- **Programas Reflorestar, Produtor de Águas do Pipiripau e Plano de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio Descoberto:** falta de pessoal (apenas 05 servidores em idade avançada para realização das atividades operacionais), de recursos; de insumos e de veículos; morosidade nos processos de licitação.
- **Fomento à Piscicultura:** falta de pessoal, de recursos, de estrutura, de insumos e de veículos; morosidade nos processos de licitação.
- **Transição agroecológica:** falta de pessoal, de estímulo para o produtor; falta de transporte; dificuldade de convencimento do produtor para aderir ao programa.
- **Programa de Comercialização:** dificuldade na burocracia; dificuldade com a legislação para utilização de espaços públicos; falta de recursos.

Espera-se que as ações trabalhadas em 2018 e previstas para serem executadas no ano de 2019 sejam implementadas e que novas políticas no âmbito do Programa Temático 6207 - Brasília Competitiva e 6210 - Infraestrutura e Sustentabilidade Sócio Ambiental sejam desenvolvidas para beneficiar o setor rural do Distrito Federal.

[Assinaturas manuais]



Na Área de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário

As distribuições de insumos foi possível identificar que a meta não foi atendida em virtude de dificuldades com a logística/transporte, além disso, não foi possível o Edital de seleção do Assentamento 10 de junho, reduzindo em 35 famílias sem área para produzir. No entanto, a criação de assentamentos para beneficiar famílias de agricultores, o maior gargalo para criação efetiva tem sido a demora das licenças. No ano de 2019, a Seagri estima conseguir assentar 78 famílias e continuar a fomentar aproximadamente 300 unidades de agrícolas de produtores. Para o alcance da meta no ano seguinte contamos incremento na aquisição de alimentos no âmbito do PNAE, a manutenção do programa de aquisição pelo PAA/TA e PAA/Conab além de contarmos com a recuperação das aquisições pelos órgãos do executivo para o PAPA-DF.

Na Área de Regularização e Fiscalização Fundiária

De modo geral, as maiores dificuldades encontradas giraram em torno de problemas administrativos e burocráticos que fogem à competência da área fim, e que persistem apesar do aperfeiçoamento dos mecanismos internos da Seagri. Nos últimos 4 anos a gestão da área de regularização fundiária mudou 6 vezes, gerando perda de continuidade e de histórico do trabalho, exaustivas alterações do fluxograma processual, desestabilização da equipe, e perda de rendimento na execução do trabalho. Isso causou impactos notáveis na produtividade do serviço prestado pela Seagri e comprometeu o atingimento das metas de regularização fundiária do Distrito Federal. Assim como em 2017, no ano de 2018 a falta de veículos (o setor de fiscalização possui apenas dois disponíveis para vistoriar todo o Distrito Federal) e de servidores para a realização de fiscalizações em campo (apenas um técnico e três auxiliares) interferiram negativamente na execução das atividades, comprometendo o atendimento das demandas pertinentes dessa área e impedindo o crescimento das atividades. Da mesma forma, a análise processual para comprovação da ocupação pelo lapso temporal exigido em lei também fica extremamente morosa, pois há apenas três servidores para exercer essa atividade tão sensível e minuciosa nos mais de cinco mil processos em tramitação atualmente na unidade. É extremamente necessária a ampliação do quadro de servidores capacitados para as atividades de fiscalização na área de regularização fundiária, inclusive considerando-se a possibilidade de terceirização de alguns serviços, para permitir que as atividades possam se desenvolver com mais eficiência, eficácia, qualidade e segurança jurídica nas ações fiscalizatórias. A falta de equipamentos apropriados para o nível de processamento que os softwares de geoprocessamento exigem também constitui dificuldade para a Seagri, principalmente para a identificação das áreas rurais a serem analisadas pelo setor (informações estas que são demandadas por vários órgãos do DF). Graças a recursos providos de Contrato de Repasse nº 851912/2017 - Seagri / Caixa Econômica Federal - CEF, está em curso a aquisição de equipamentos de informática, e com isso será possível ter a estrutura minimamente necessária para suprir essa demanda e para que seja possível realizar os ajustes necessários com mais segurança e precisão. Vale ressaltar ainda que muitos indicadores hoje usados na área de regularização fundiária não dependem exclusivamente das atividades dos servidores desta área. Um exemplo é o número de contratos emitidos: para que um processo administrativo chegue a gerar contrato, necessita da participação ativa do requerente no atendimento às notificações e solicitações dos setores envolvidos no processo de regularização. Há vários casos em que a administração pública dispense servidores, veículos, tempo e dinheiro analisando o processo, emitindo as notificações, indo a campo tentar entrar em contato com os requerentes, mas o processo administrativo não toma o seu fluxo porque o requerente não se compromete (por falta de interesse, ou por morosidade) a atender prontamente ao solicitado para o andamento rápido de seu pedido de regularização. Assim, talvez alguns mecanismos educativos pudessem ser implementados tentando incentivar os produtores a efetivamente darem prosseguimento em seus processos e cumprirem com as determinações do Estado. De qualquer forma, a Seagri reformulou todo o fluxograma processual recentemente para atender a determinações do Tribunal de Contas do DF, e para tentar tornar o andamento processual mais eficiente, dada a baixa quantidade de servidores disponíveis para dar andamento nas atividades. Espera-se para 2019 a intensificação da fiscalização do uso irregular do solo e o aumento no número de propriedades que possuam o contrato tão almejado pelos produtores rurais. Para isso, a Seagri trabalhará para buscar um convênio com a Terracap para repasse de recursos para a digitalização de processos, instrumentalização da equipe de fiscalização e estabelecimento de um software de controle do andamento processual. Espera-se que o atendimento aos produtores possa ser aprimorado, e que os beneficiários possam efetivamente ser atendidos em seus anseios de forma rápida, transparente e eficiente.

Na Área de Administração Geral

Um dos aspectos relevantes que devem ser ressaltados no diagnóstico do desenvolvimento da Seagri diz respeito ao crescente aumento no nível de escolarização da força de trabalho, traduzindo um excelente resultado da política de valorização dos servidores do Distrito Federal. Anota-se que a Gratificação por Habilitação em Atividades Agropecuárias - GHAA e a Gratificação por Habilitação em Planejamento Urbano - GHPU, instituídas, respectivamente, pelas Leis distritais n.ºs 5.195/2013 e 5.218/2013, concedidas aos portadores de títulos, diplomas ou certificados obtidos mediante conclusão de cursos de ensino médio, graduação, especialização, mestrado e doutorado, estão servindo de importante incentivo aos servidores quanto à busca da constante qualificação profissional. Conforme quadro a seguir:

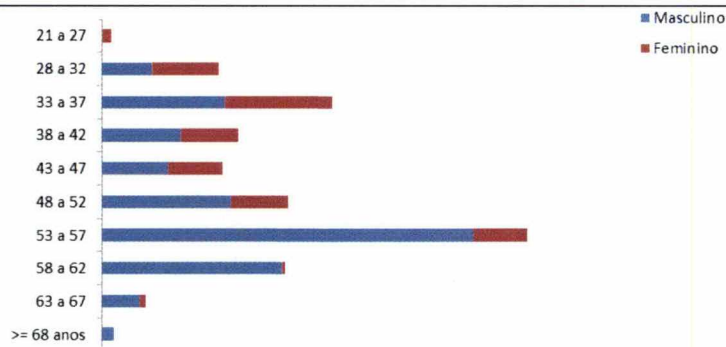
Ano	2017		2018	
Escolaridade	Quantidade	%	Quantidade	%
Doutorado	1	0,20%	1	0,22%
Mestrado	37	7,36%	26	5,63%
Especialização	182	36,18%	150	32,47%
Ensino Superior	85	16,90%	95	20,56%
Ensino Médio	76	15,11%	106	22,94%
Ensino Fundamental	114	22,66%	78	16,88%
Sem instrução	8	1,59%	6	1,30%
Total	503	100%	462	100%

(*) servidores que possuem matrícula no SIGRH (incluindo requisitados e sem vínculo).

Salienta-se que, comparativamente a 2017, o número de servidores com ensino fundamental reduziu de 22,66% para 16,88%, bem como é evidente a ampliação do número de trabalhadores com formação de níveis médio e superior, enquanto o quantitativo com especialização reduziu de 36,18% para 32,47%, o quantitativo com títulos de mestrado houve uma redução de 7,36% para 5,63%, mantendo-se em grau de igualdade títulos de doutorado. A redução no número de profissionais com nível fundamental se deu, em parte, às aposentadorias e à qualificação dos servidores que ampliaram o grau de instrução e migraram para o rol de profissionais com graduação, que ampliou de 16,90% em 2017 para 20,56% em 2018.

No tocante à estrutura etária, verifica-se que 58% da força de trabalho está nas faixas entre 48 a 71 anos de idade. Esse cenário merece atenção especial, já que tais faixas etárias contemplam servidores que detêm direito à aposentadoria voluntária ou que estão próximos a esta condição. Considerando a crescente redução da força de trabalho e haja vista que dos 415 servidores ativos, metade teria tempo para aposentadoria, esta Seagri deve enviar esforços urgentes para aprovação de concurso público e reposição do potencial humano.

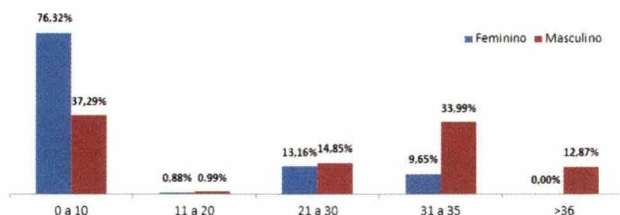
Faixa Etária	Masculino	Feminino	Total
21 a 27	0	3	3
28 a 32	16	21	37
33 a 37	39	34	73
38 a 42	25	18	43
43 a 47	21	17	38
48 a 52	41	18	59
53 a 57	118	17	135
58 a 62	55	1	56
63 a 67	12	2	14
>= 68 anos	4	0	4
Total	331	131	462



(*) estão inclusos apenas servidores de carreira.

Nota-se, no quadro seguinte, que 152 servidores da Seagri possuem mais de 30 anos de serviço público, e podem já ter preenchidos os requisitos para aposentadoria. Dados que convergem com as informações citadas no tópico anterior, reforçando a urgente necessidade de realização de concurso público para a Carreira de Desenvolvimento e Fiscalização Agropecuária.

Tempo de Serviço	Feminino	Masculino	Total	%
0 a 10	87	113	200	48%
11 a 20	1	2	3	1%
21 a 30	15	45	60	14%
31 a 35	11	103	114	27%
> 36	0	38	38	9%
Total	114	301	415	100%



(*) estão inclusos apenas servidores de carreira.

O demonstrativo adiante revela o crescente quantitativo de aposentadorias. Vale ressaltar que no exercício de 2018, 51 servidores percebem Abono de Permanência.

Referência	Aposentados	Total
2014	30	30
2015	34	34
2016	40	40
2017	49	49
2018	51	51

Os servidores efetivos que compõem a força de trabalho desta Secretaria estão distribuídos pelas carreiras de Desenvolvimento e Fiscalização Agropecuária e Políticas Públicas e Gestão Governamental, conforme tabela a seguir:

Carreiras	Cargos	Quantidade
Desenvolvimento e Fiscalização Agropecuária	Analista	67
	Técnico	212
	Auxiliar	123
Subtotal		402
Políticas Públicas e Gestão Governamental	Gestor	3
	Analista	7
	Técnico	3
Subtotal		13
Total		415

Verifica-se que mais da metade dos servidores da Carreira de Desenvolvimento e Fiscalização Agropecuária é composta por técnicos, 53%, seguida dos auxiliares que somam 31%. Ressalte-se que somente 17% da força de trabalho é composta por analistas, do montante de 67, 03 encontram-se cedidos a outros Órgãos Federais e Distritais e somente 02 estão atuando na área meio.

Acrescemos, por oportuno, que a Gestão atual tem atuado juntamente com a Subsecretaria de Segurança e Saúde no Trabalho-SUBSAÚDE/SEPLAG a fim de diagnosticar os motivos de afastamento/absenteísmo, até a competência 09/2018, os servidores desta Pasta ficaram afastados por 3.654 dias, em 97% dos

[Handwritten signature and initials]

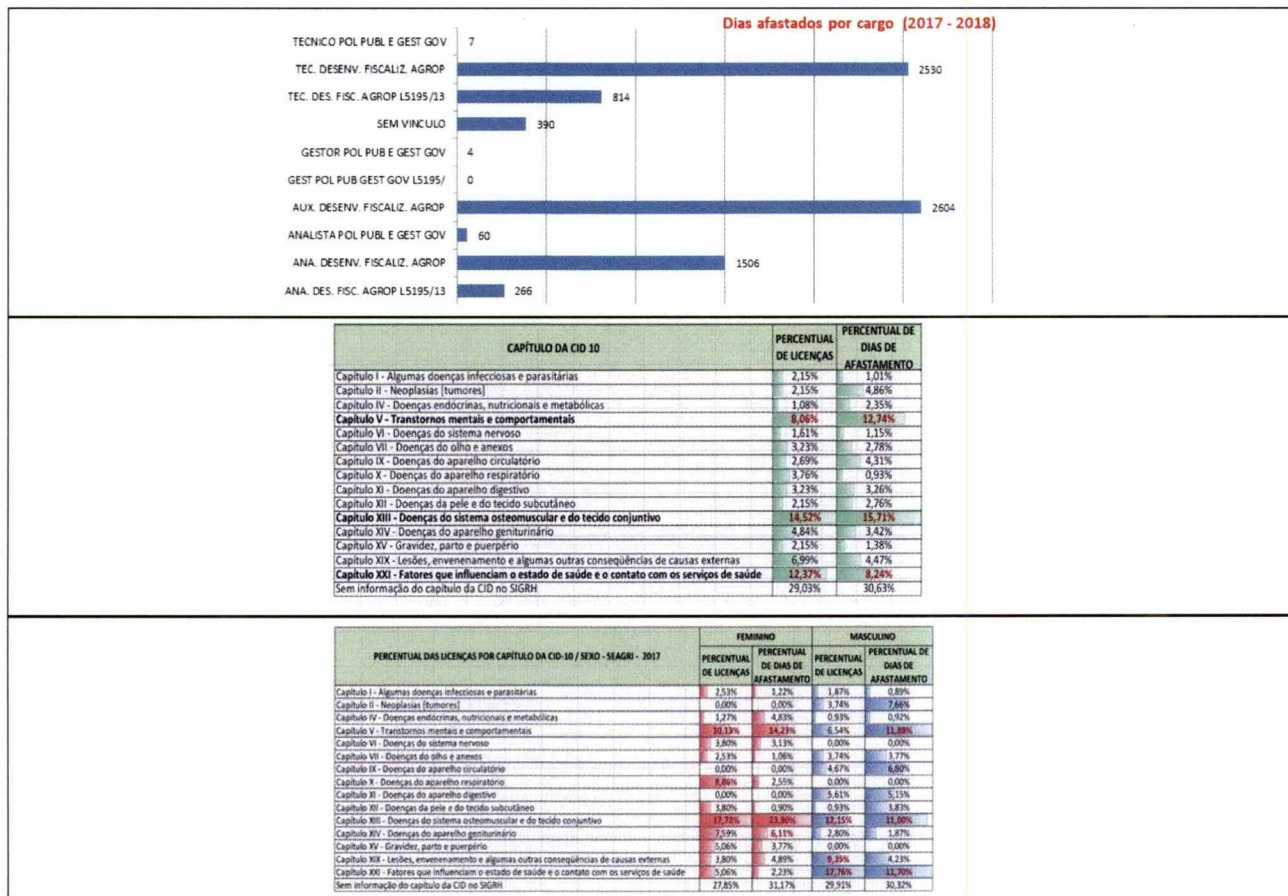


casos de afastamento é por período superior a 15 dias, em 2017 os servidores ficaram afastados por 4.527 dias, sendo que 85% deste montante corresponde a afastamentos superiores a 15 dias, considerando que a competência de 2018 ainda não está fechada, o número de afastamentos provavelmente irá aumentar. Provavelmente o número por si só, apesar de alarmante, não dá respaldo para atuação direta. Há planos para análise detalhada das doenças e efetivo diagnóstico da saúde do servidor para proposição de ações que amenizem esse número, tais como, ações de qualidade de vida, análise das eventuais fontes de afastamento e ação conjunta para sanar o que for sanável administrativamente.

Quando que a força de trabalho está reduzida por demasiada, agir para diminuir os afastamentos, além de proporcionar melhor qualidade de vida aos servidores, faz com os afastamentos reduzam e tenhamos mais servidores laborando, além de diminuir custos e gerar sobrecarga nos servidores que eventualmente assumam as atividades do servidor doente.

O Relatório de doenças elaborado pela SUBSAÚDE, dentre outros, acende o farol para questões ligadas à saúde mental, convalescença, reações ao "stress" e transtornos diversos. A sobrecarga de trabalho devido à falta de mão de obra é um dos fatores que pode colaborar para um índice alto de afastamentos ligados aos descritos anteriormente.

Infelizmente, assim como outros departamentos, o próprio setorial de Recursos Humanos está com o quadro reduzido, o que pode afetar análise e atuação em situações de forma preventiva, conforme se observa nos demonstrativos a seguir, no período de 2017 e 2018, os servidores ficaram afastados por 8.181 dias.



Observa-se nos quadrantes anteriores que os afastamentos que mais longos tem ligação com transtornos mentais/comportamentais e doenças do sistema osteomuscular (movimentos repetidos de qualquer parte do corpo que podem provocar lesões em tendões, músculos e articulações, principalmente dos membros superiores, ombros e pescoço devido ao uso repetitivo ou a manutenção de posturas inadequadas), tais condições são comuns aos servidores do sexo feminino e masculino.

Ressalte-se que os dados inerentes aos afastamentos foram fornecidos pela SUBSAÚDE no início do segundo semestre de 2018 e infelizmente, em razão do período "conturbado" não pôde ser atualizado, desta feita, o índice de absenteísmo será bem superior ao apresentado.

Frente a todo o exposto, o diagnóstico não poderia ser diferente, apesar das evoluções e conquistas, é de vital importância que esta Pasta faça reposição do potencial humano para garantir a manutenção dos serviços prestados.

A Seagri, em colaboração com o Comitê Gestor de Implantação do SEI-GDF, implantou por completo o Sistema de Eletrônico de Informação - SEI nas suas dependências, destacando-se o apoio dos setoriais de logística na estruturação do laboratório de capacitação, na configuração e alocação de equipamentos para digitalização, na aquisição de novos equipamentos digitalizadores e demais ações administrativas em apoio ao Comitê, o qual entendemos por bem destacar que atuou de maneira efetiva, tendo obtido resultados além daqueles esperados, obtendo os evidentes impactos de alta relevância para a gestão em todo o Órgão. De forma que o Órgão logrou concluir a implantação do SEI-GDF não apenas em nível formal, mas de fato, estando o sistema em efetivo uso nos processos desta Entidade.

Visando melhorias no atendimento ao público, a área de Tecnologia da Informação desenvolveu um sistema que cadastra a entrada e encaminhamento dos cidadãos que vêm à Seagri para serem atendidos nos serviços aqui prestados. O programa além de registrar a entrada de pessoas, gera estatística que vão nortear melhoras no atendimento ao público externo. Espera-se ser uma ferramenta que traga gestão efetiva ao atendimento na Instituição que auxiliará na melhoria do atendimento ao cidadão no tocante a todos os serviços prestados pelo Órgão.

Na área de Logística e Apoio Operacional da Seagri, com a descentralização das compras de bens finalísticos para esta Pasta, já é possível definir que houve aumento em mais de 250% na quantidade de pregões realizados. Foram realizados 19 certames, quando a média dos últimos três exercícios era de 6 certames ao ano. Importante destacar que o Órgão também logrou uma maior taxa de conclusão dos processos licitatórios abertos no período, da ordem de 65%, frente a menos de 35% nos exercícios anteriores.

Entre os certames realizados, destaca-se a formação de registros de preços que lograrão a execução de grande parte dos recursos existentes de transferências voluntárias da união e emendas parlamentares, sendo para aquisição de maquinários, Tubos para Canais de Irrigação, Kits de Irrigação e veículos, entre outras (sementes, plantas e insumos; materiais de sinalização visual e divulgação). Fatores de sucesso para o exercício de 2018 que também serão solução para a execução dos recursos em 2019.

Tal sucesso na realização das licitações se deve também à criação da Gerência de Licitações, e a uma atuação integrada com o setorial de compras, que deu continuidade ao aperfeiçoamento da sistemática adotada com o formulário de compras, cujo fluxo processual impede que sejam processadas aquisições sem condições mínimas de processamento - ou seja, sem que haja definição quanto a recursos orçamentários ou especificações mínimas da necessidade, ao tempo em que o procedimento facilita a atividade do demandante dos serviços, o qual não necessita elaborar o termo de referência, tendo tal procedimento também logrado sucesso em ampliar a qualidade dos termos de referência do Órgão, hoje elaborados pela área de Compras a partir do formulário de compras.

No exercício de 2018 houve redução significativa no consumo de água, energia e telefonia, em decorrência das ações de fiscalização e conscientização do consumo, reparos nas redes hidráulica e elétrica, com economia da ordem de 27,89% sobre o consumo de água em 2017 e de 47,50% sobre o consumo de 2016; 16,81% sobre o consumo de energia em 2017 e de 45,43% sobre o consumo de 2016; 8,82% sobre o consumo de telefonia em 2017 e de 35,16% sobre o consumo de 2016. Sendo uma economia total de R\$ 66.935,73 se comparado com os gastos de 2017, e de R\$ 174.799,91 se comparado com os gastos de 2016.

As dificuldades encontradas neste exercício são ainda problemas históricos na entidade, que dizem respeito notadamente à falta de planejamento institucional eficiente em certas áreas, à falta de estrutura adequada para desenvolvimento das atividades (cargos ou unidades administrativas), a questões relacionadas à gestão de pessoas e à existência de gargalos a serem superados no processamento das aquisições no Órgão.



Dificuldades em relação à Estrutura Formal:

As contratações de serviços são a atividade mais sensível ao funcionamento da Entidade, havendo atualmente a Gerência de Compras e a Gerência de Licitação para a execução de todos os procedimentos relativos às contratações, porém, as contratações públicas englobam atividades de administração, não havendo também na estrutura da entidade a existência de Analistas em Compras e Contratações. E, considerado o volume de trabalho, não há a existência de um setorial de pesquisa de preços, responsável pela obtenção de preços públicos e de mercado; e de um setorial de elaboração de projetos, responsável pela elaboração dos termos de referência, especificação de materiais e serviços, adequação dos projetos à legislação vigente, padronização dos documentos e demais atividades inerentes aos projetos de contratação. Atualmente as atividades de Tecnologia da Informação são executadas por um único setor, a Gerência de Tecnologia da Informação, quando se sabe que a complexidade e relevância das atividades de TI tomam impossível que toda a gestão seja executada por uma única equipe. Sendo necessários para o presente e futuro da entidade no mínimo a existência de analistas de rede, de desenvolvimento de sistemas e projetos, e equipes de suporte em microinformática. Atualmente só é possível a manutenção de serviços básicos de TI, aquisições de rotina e desenvolvimento de pequenos sistemas por parte dos servidores da unidade, havendo acúmulo de demandas sem possibilidade de atendimento. Bem assim impossibilidade de realização das contratações necessárias, e mesmo de fiscalização adequada dos contratos existentes.

Dificuldades em Relação ao Planejamento, Organização e Orçamento

Observa-se que as áreas demandantes de aquisição, e também as áreas de logística, não possuem informações sistemáticas e tempestivas quanto aos recursos disponíveis para a execução das ações implementadas, havendo também alterações nas próprias informações ao longo do exercício, em razão dos contingenciamentos e realocações de recursos. Sendo necessário também estancar por completo a realização de projetos para os quais não há dotação ou perspectiva realista de dotação orçamentária, sendo este um dos principais fatores a minar a capacidade de execução orçamentária do Órgão – o excesso de trabalho em projetos inexequíveis, em detrimento da realização dos projetos exequíveis. Se faz necessário que os recursos 'previstos' na Lei Orçamentária Anual sejam devidamente alocados no início do exercício, a fim de estabelecer, já no primeiro mês do exercício, um calendário de projetos, compras e contratações compatível com a realidade possível, ou seja, razoavelmente estável, assim como é necessário uma maior gestão do relacionamento com parlamentares, a fim de que os recursos de emendas sejam alocados de forma tempestiva e contendo informações suficientes para o processamento das aquisições.

Observa-se que historicamente o Órgão tem obtido recursos oriundos de emendas parlamentares e transferências voluntárias da União. Entretanto, tais obtenções de recursos tem ocorrido sem uma análise prévia por parte dos setoriais de compras, materiais e tecnologia da informação, de forma que não é avaliada previamente a exequibilidade das contratações pretendidas, e bem assim não são planejadas as ações necessárias para que os recursos sejam devidamente executados, o que tem facilitado a ocorrência de três fatores indesejados: a obtenção de recursos para demandas inexequíveis para o Órgão; a inexecução de recursos por falta de tomada das ações necessárias em tempo hábil; a aquisição de materiais em excesso, incompatíveis com a real necessidade de consumo do Órgão. Acrescentando-se que, devido às consequências negativas decorrentes da inexecução deste tipo de recurso, o setorial de compras vê-se com frequência pressionado a instruir processos de aquisição para os quais não há perspectiva de sucesso, por intempestividade da demanda, prejudicando a capacidade operacional de execução das demais demandas existentes e exequíveis.

Observamos que desde o exercício de 2015 foram induzidas uma série de ações no planejamento estratégico da instituição as quais dependiam de execução orçamentária – mediante compras e contratação de serviços, entretanto não havendo dotação orçamentária para tal, não havendo que possa ser executado sem a devida inclusão no orçamento, mas tal ocasionando o esforço em projetos e ações inexequíveis, prejudicando o andamento das demais atividades.

Em muitos casos, devido à sensibilidade da demanda, levam ao processamento e esforço dos setoriais envolvidos, em que pese a baixa expectativa de sucesso. Reduzindo sobremaneira a capacidade de obtenção dos resultados de uma forma geral. Em suma, há ainda uma necessidade de planejamento estruturado das contratações com o envolvimento de todas as unidades, e portanto da alta administração, a fim de reduzir o quantitativo de processamento de demandas inexequíveis. Para tal, sendo necessária a participação dos setoriais de logística nos procedimentos de obtenção de recursos federais e parlamentares, o esforço para o estabelecimento de uma sistemática de informação e alocação de recursos clara desde o início do exercício, a integração entre o planejamento estratégico e o planejamento orçamentário, e a eliminação dos esforços dispendidos em projetos para os quais não há perspectiva de sucesso, seja por falta de requisitos técnicos ou financeiros/orçamentários, ou por recebimento de recursos parlamentares sem perspectiva adequada de execução.

Dificuldade em Relação à Gestão de Pessoa – Força de Trabalho

A falta de atribuições administrativas adequadas, notadamente aos técnicos de desenvolvimento e fiscalização agropecuária, gera redução significativa do potencial da força de trabalho, pois grande parte das atividades não pode ser atribuída aos servidores – como a elaboração de projetos, análise de processos, emissão de pareceres administrativos, decisão sobre assuntos cotidianos, consequentemente também não podendo ser cobrados os resultados. Espera-se que, com a reestruturação da carreira de desenvolvimento e fiscalização agropecuária, e consequente redesenho dos cargos, este fator seja superado.

Historicamente, no Órgão, não há um sistema adequado para alocação da força de trabalho, o que tem gerado três fatores negativos: instabilidade na composição de equipes, conflitos dos servidores com suas chefias imediatas e conflitos entre setores na disputa por servidores. Se faz necessário regulamentar o procedimento de alocação de servidores, para tal, sendo recomendável prévia análise da estrutura organizacional como um todo, para estabelecimento das necessidades de cada setor. Atualmente há favorecimento à situação dos servidores que apresentam mau desempenho, posto que estes, em lugar de sofrerem as devidas consequências pelo descumprimento de seus deveres, tem sua lotação frequentemente alterada conforme desejam devido ao assentimento das chefias imediatas.

A inexistência de um sistema efetivo de incentivos é característica do serviço público como um todo, inexistindo sistemas de remuneração variável por produtividade, sendo difíceis as promoções por desempenho, entre outras formas de incentivo, bem assim sendo em regra geral evitados os sistemas de punições, por dependerem de processos morosos e penosos. Como consequência, os servidores com menor desempenho ou desvios de comportamento são gradativamente menos cobrados em suas atividades, e possuem maior autonomia para escolha de suas lotações, e os servidores que apresentam melhor desempenho e comprometimento são gradativamente mais cobrados por suas atividades, bem assim possuem menos chances de escolha das atividades que desejam desempenhar e dos setores onde desejam trabalhar, e assim, ao longo do tempo, os servidores percebem a existência deste sistema, sendo observável que os servidores têm reduzido gradativamente o seu nível de desempenho e comprometimento, em razão da injustiça percebida. A curto prazo, observa-se serem necessários, para a reversão deste problema: o estabelecimento de critérios e procedimentos objetivos para a alocação de servidores; a orientação clara aos ocupantes de cargos de chefia quanto à necessidade de distribuição equitativa das demandas, quanto à necessidade de cobrança de produtividade igualmente entre os servidores ocupantes de um mesmo cargo, bem assim priorizando-se a autonomia dos servidores que apresentam maior comprometimento, na escolha das suas atividades e lotações – mas tais ações precisam ser tomadas no âmbito do Órgão como um todo.

As atividades em Administração Pública possuem, em geral, razoável nível de complexidade, em função do excesso de normas que envolvem cada procedimento, de forma que, sem capacitação, as atividades ocorrem à margem do preceituado, e bem assim os servidores sentem-se inseguros e hesitantes, aumentando-se o tempo de resposta em cada procedimento. De forma que, para o aumento da produtividade, consideramos necessário o restabelecimento de investimentos em capacitação – notadamente voltados para compras e contratações, tecnologia da informação, manutenção de prédios e próprios, gestão de processos e de projetos.

Observa-se que os servidores ainda não possuem uma visão holística das atividades da Instituição, o que prejudica a gestão com foco em resultados, favorecendo a visão segregada dos processos de trabalho (auto referenciada), reduzindo o potencial de empowerment, comprometimento e motivação. É necessário o desenvolvimento de uma estratégia de comunicação interna ao Órgão quanto às atividades desempenhadas por cada área, os resultados obtidos e a importância destas ações para a sociedade, bem assim o desenvolvimento de materiais educativos e cursos/palestras internos sobre as atividades de cada área apresentadas aos servidores das demais áreas. Assim também sendo necessário melhorar e capacitar as demais áreas quanto às atividades logísticas, posto que se observa também o desconhecimento por parte dos servidores de outras áreas quanto aos procedimentos prejudica o planejamento em todas as áreas da Instituição.

Gargalos de Compras

A execução dos procedimentos licitatórios no Órgão vinha tendo baixíssimo nível de sucesso, sendo de 20% nos exercícios de 2016 e 2017, e ampliando-se para 35% no exercício de 2017, com a adoção de um novo fluxo dos processos através do estabelecimento do formulário de compras de materiais, tendo se ampliado para índice superior a 65% no exercício de 2018, com o aperfeiçoamento do fluxo e principalmente a possibilidade de realização de procedimentos licitatórios. Entretanto, ainda se observa um pequeno excesso de atuação de processos de compra em relação à quantidade de processos concluídos – tendo-se autuado 35, dos quais seis foram agrupados com outros processos e 19 foram concluídos – ou seja, concluindo-se 19 de 29 processamentos. Dentre os fatores que levaram às inexecuções, observa-se: a intempestividade dos pedidos de aquisição; o encaminhamento de pedidos em desconformidade com os planos de trabalho de convênios ou contratos de repasse (notadamente com valores incompatíveis, ou sem previsão de liberação dos recursos para informação de disponibilidade); o encaminhamento de formulários sem especificações ou justificativas adequadas.

No exercício de 2018, observou-se que houve ainda a demanda pela contratação de serviços de eventos – entretanto, é preciso ressaltar que o Órgão não possui estrutura mínima para a contratação deste tipo de serviço – de forma que, um dos principais impeditivos a uma ampliação ainda mais expressiva da conclusão dos procedimentos licitatórios no segundo semestre de 2018 foi decorrente do processamento de aquisições para evento, em que pese sem sucesso.

Com relação à análise jurídica por parte da Procuradoria Geral do Distrito Federal, há uma expectativa superior a 120 dias para a análise de cada Edital, para solução deste gargalo, se faz necessária a aprovação de minutas padrão de Edital, mas também é preciso considerar a necessidade de manutenção de Assessor Jurídico membro da Procuradoria Geral do Distrito Federal, bem assim sendo razoável para o Governo em geral uma reavaliação da necessidade de manutenção da atribuição de análise de editais de pregão eletrônico no âmbito da Procuradoria Geral do Distrito Federal – pois se trata de normativo interno ao Distrito Federal.

Entretanto, se fazem necessários os esforços conjuntos entre os setoriais e compras, orçamento e convênios, em conjunto com as áreas demandantes, a fim de estabelecer um calendário estável de compras no Órgão para o exercício de 2019, assim como se faz necessário uma gestão junto aos parlamentares que alocam recursos no Órgão, de forma a esclarecer as necessidades de tempestividade na alocação destes recursos, evitando-se, também desta forma, o encaminhamento de pedidos intempestivos, o processamento de demandas sem a correspondente dotação orçamentária, e o recebimento de recursos para projetos sem requisitos de exequibilidade; somente desta forma sendo possível a eficiência total dos procedimentos de compras no Órgão.

Para o exercício de 2019 espera-se obtenção de recursos e conclusão das aquisições necessárias à renovação do parque de computadores da Secretaria de



Estabelecimento de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; maior Sistematização da Informação Orçamentária em âmbito interno e Estabelecimento de controle de aquisições; elevação do índice de sucesso dos procedimentos licitatórios para 80%; execução de 100% das aquisições com recursos oriundos de transferências da União, excetuadas aquelas objeto de obras e eventos; promover a estruturação dos dados quanto às atividades setoriais para mensuração de controle e melhoria do desempenho, bem assim para adoção do teletrabalho, nos casos em que se verifique viável; adoção do teletrabalho para as atividades de compras - notadamente pesquisas de preços e elaboração de termos de referência; ampliar o nível de serviços de telefonia e reduzir custos com a aquisição de serviços/equipamentos de Central Telefônica VoIP; concluir licitação para contratação de serviços terceirizados para manutenção predial e demais atividades auxiliares; criação de Gerência de Manutenção Predial e a contratação de engenheiro elétrico, engenheiro civil e técnico de manutenção por intermédio de concurso para a carreira de gestão urbana; trazer a gestão de tecnologia da informação ao nível estratégico com aprovação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e reestruturação formal da unidade; promover suplementação orçamentária para execução de atividades de manutenção predial, aquisição de móveis, equipamentos e serviços de tecnologia da informação; elaboração de projeto e contratação dos serviços de readequação da rede elétrica; organização e catalogação de todo o acervo documental; transferência do arquivo do Órgão para local mais adequado, mediante adequações no prédio da Gerência de Material; reestruturação formal da Gerência de Atendimento ao Público, Documentação e Protocolo, com a criação de unidade de arquivo; implantação do Sistema de Controle de Atendimento; encaminhamento às instâncias jurídicas competentes de todos os processos relativos à ocupação irregular de imóveis da extinta Fundação Zoobotânica do Distrito Federal; contratação dos serviços de recolhimento de lâmpadas fluorescentes; e implantação do Sistema de Coleta Seletiva Solidária.

Identificação dos Responsáveis

RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO:

Agente de Planejamento: WAGNER DANILO POLISSENE CLIFFORD

Telefone: (00)30511-1116 e-mail de contato: wagner.clifford@seagri.df.gov.br

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO:

Agente de Planejamento: JOSIANI BRINGEL BEZERRA

Telefone: (61) 3051-6327 e-mail de contato: josiani.bezerra@seagri.df.gov.br

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO:

Agente de Planejamento: MARCONDES DOURADO SARAIVA

Telefone: (61)3051-1632 e-mail de contato: marcondes.saraiva@seagri.df.gov.br

Assinatura: _____

Nome do Titular da Unidade Orçamentária: DILSON RESENDE DE ALMEIDA

Telefone: (00)3051-6301 e-mail de contato: dilson.almeida@seagri.df.gov.br

Assinatura: _____

Nome do Ordenador de Despesas da Unidade Orçamentária: ROSSI DA SILVA ARAÚJO

Telefone: (61)3051-6307 e-mail de contato: rossi.araujo@seagri.df.gov.br;rossi.bsb@gmail.com

Assinatura: _____